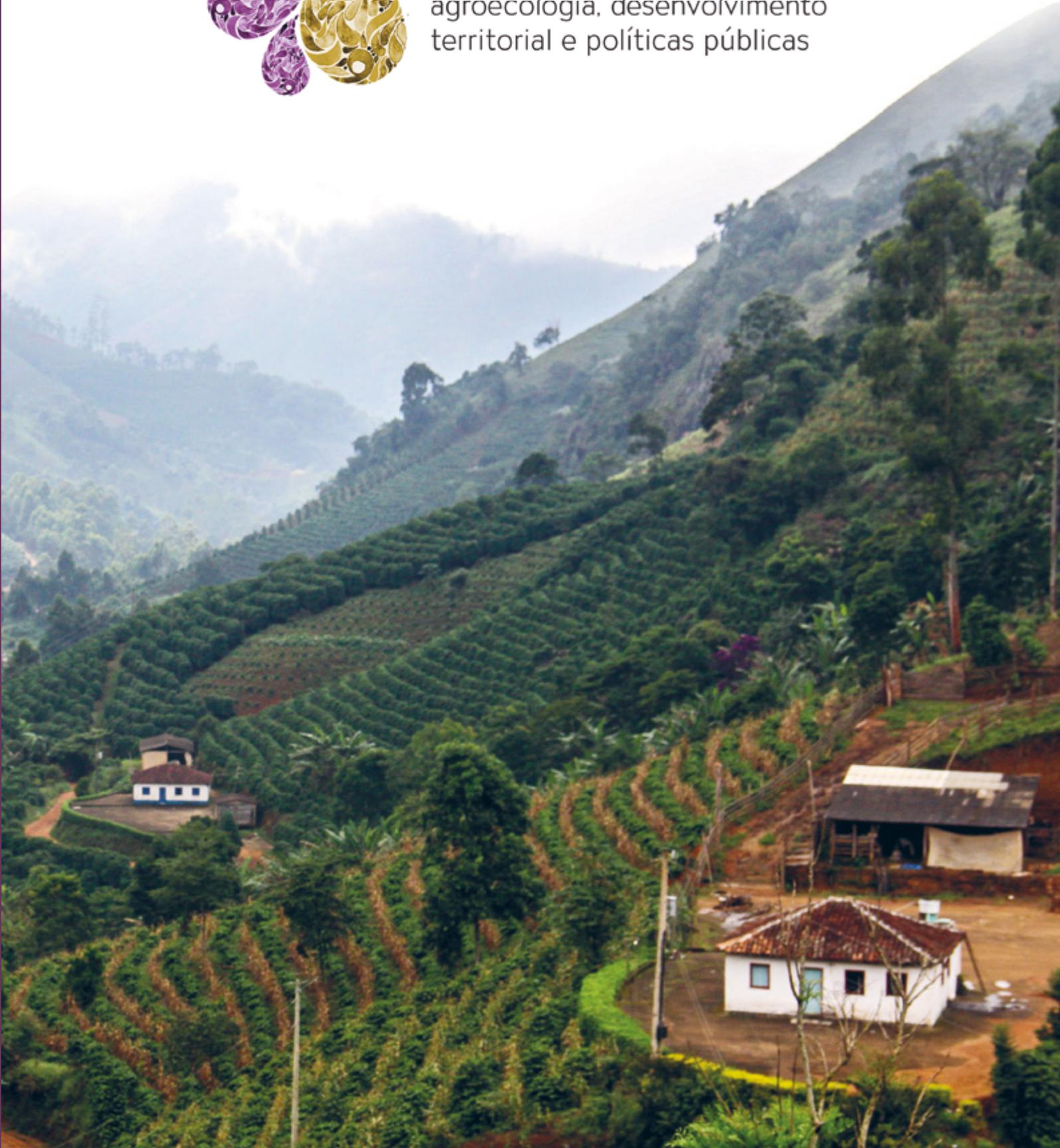




CADERNO PEDAGÓGICO

agroecologia, desenvolvimento
territorial e políticas públicas





CADERNO PEDAGÓGICO

agroecologia, desenvolvimento
territorial e políticas públicas

1º Edição

Rio de Janeiro, 2014





Realização

Articulação Nacional de Agroecologia - ANA
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE

Organizadoras

Maria Emilia Lisboa Pacheco
Vanessa Schottz
Daniela Oliveira

Publicação

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Projeto Gráfico

Bernardo Vaz e Maytê Lapesqueur / Aicó Culturas

Impressão

Walprint Gráfica e Editora

Organizações que compõem o Projeto

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (PE)
Centro Vianeí de Educação Popular (SC)
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM (MG)
Centro de Tecnologias Alternativas e Populares/CETAP (RS)
Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica/IPEMA (SP)
Terra Viva - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (BA)
Rede ATER Nordeste
Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais/SASOP (BA)

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia; FASE, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. Caderno Pedagógico: Agroecologia, desenvolvimento territorial e políticas públicas; Articulação Nacional de Agroecologia; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Rio de Janeiro, ANA / FASE, 2014. 96 p.

ISBN: 978-85-86471-77-3

1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Políticas Públicas. 4. Cartografia Social. 5. Transição agroecológica. 6. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 7. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 8. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. 9. Agricultura Familiar. I. Título.

CDD: 630.277.

CDU: 631.95



foto: Bernardo Vaz / Aicó Culturas



SUMÁRIO

1

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA

16

1.1. A EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE

- > O Território Serra Catarinense 20
- > A rede de agroecologia no território serra catarinense 24
- > Políticas públicas e agroecologia no Território Serra Catarinense 26
- > Desafios para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território 35

1.2. A EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO MATA SUL/PE

- > O Território Mata Sul 36
- > A Rede de Agroecologia no Território Mata Sul (RAMA) 40
- > Políticas públicas e agroecologia no Território Mata Sul 42
- > Desafios para a consolidação da agroecologia no Território Mata Sul 46



O USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DA AGROECOLOGIA

48

2.1 Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil	52
2.2 Mapa Interativo de Projetos Apoiados pelo BNDES	54
2.3 Farejador da Economia Solidária	56
2.4 Agroecologia em Rede	58
2.5. A Incorporação da Abordagem Territorial nas propostas de sistematização e mapeamento de experiências	60



A CONSTRUÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS

64

3.1. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE SOB A ÓTICA DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
> Principais potencialidades e demandas para a construção social dos mercados	70
> Significados do PAA e do PNAE para a ANA	73
> Principais limites dos programas PAA e PNAE para os processos de transição agroecológica	75
3.2. POLÍTICA DE ATER E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	
> Estudo sobre políticas públicas e transição agroecológica no Nordeste do Brasil: reflexões a partir de estudos de caso Rede ATER Nordeste	78
> Desafios para as políticas de ATER em sua interface com a agroecologia	81
3.3. SISTEMAS AGROFLORESTRAIS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
> As lições das experiências	82
> Conclusões e seguimento do debate	91



A close-up photograph of a hand holding a white string against a wooden background. The hand is on the left side of the frame, and the string is looped and held taut. The wood has a vertical grain and a natural, slightly weathered appearance. The lighting is soft, highlighting the textures of the skin and the wood.

APRESENTAÇÃO

Este caderno apresenta resultados do Projeto “Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica”, apresentado pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) ao Ministério do Meio Ambiente/PDA Mata Atlântica/ Chamada 5: Apoio a Projetos em Redes, em 2009, em nome da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A publicação tem como objetivos relatar e refletir sobre o processo de execução do Projeto; além de apresentar análises críticas e proposições sobre processos de integração de políticas públicas e do desenvolvimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica.

O caderno está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, introdução, apresentamos um pouco da história do Projeto. A segunda parte relaciona as políticas de desenvolvimento de territórios rurais com a perspectiva agroecológica. Na terceira, apresentamos o eixo que relaciona a perspectiva agroecológica com a construção e negociação de políticas públicas setoriais (sistemas agroflorestais e legislação ambiental; soberania alimentar e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, assistência técnica e financiamento da transição agroecológica). Na parte final apresentamos uma síntese das críticas e proposições elaboradas a partir da execução do Projeto.

A HISTÓRIA do projeto

Ao longo de seus 11 anos de existência, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) vem exercitando o diálogo e construindo, em sua diversidade, pontos de identidade. Entre os pontos em comum, destaca-se a construção de práticas e processos de produção agroecológica em diferentes contextos socioambientais, tendo como referência a busca de uma sociedade e um padrão de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentáveis.

Outro fator marcante no universo das experiências em agroecologia no Brasil é o fato de terem sido construídas por iniciativa da própria sociedade, muitas vezes com o apoio da cooperação internacional. Apesar do afastamento do Estado dos processos e propostas do campo agroecológico, considera-se e insiste-se na necessidade de mudar a relação entre Estado, políticas públicas e agroecologia no Brasil.

As diferentes entidades que integram a ANA vêm buscando exercer uma participação ativa na formulação de propostas e implantação de políticas públicas voltados à agricultura familiar, incluindo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as políticas de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais, e, mais recentemente, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Como exemplo, podem ser citados um conjunto de processos acompanhados pela ANA durante o período de 2007 e 2008, que têm relação direta com a questão das políticas públicas:

- (i) A participação no grupo de trabalhos sobre biodiversidade para a construção do Plano Plurianual 2008-2011, no qual as entidades contribuíram, através de diferentes parcerias institucionais, para a inclusão do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade na proposta enviada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Congresso Nacional, bem como na proposta de Orçamento da União para o ano de 2008;
- (ii) A participação no grupo de trabalho sobre Soberania e Segurança Alimentar, que atuou no processo de construção da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- (iii) A atuação no Grupo de Trabalho de Mulheres e nas organizações de mulheres do campo agroecológico na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;

- (iv) A atuação no Grupo Gestor do Projeto de Apoio a Grupos Produtivos do Programa de Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério de Desenvolvimento Agrário (PPIGRE/MDA) e em diferentes espaços de debate das questões de gênero no contexto de um desenvolvimento rural sustentável;
- (v) A atuação na formulação do Marco Referencial de Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- (vi) A atuação nos debates sobre o marco legal de repasse de recursos governamentais às organizações sem fins lucrativos no Brasil.

Foi neste contexto de construção e debate sobre políticas públicas, agricultura familiar e agroecologia que se deu a apresentação do presente projeto com o objetivo de “promover a articulação de organizações, redes e movimentos sociais engajados na promoção da agroecologia, incorporando os ensinamentos de suas experiências como subsídios para a construção e integração de políticas públicas para o desenvolvimento de territórios sustentáveis no Bioma Mata Atlântica”.

Duas novidades perpassam a concepção do Projeto: de um lado, a perspectiva de articular vários projetos que vêm sendo executados por organizações integrantes da Articulação, e, de outro, a expectativa de

compreender como as políticas públicas vêm contribuindo para a construção de territórios da agroecologia e como as práticas agroecológicas podem contribuir no desenvolvimento dos territórios da cidadania, do MDA.

Com base no conhecimento acumulado pelas experiências em agroecologia nos debates realizados durante a preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), nos diferentes grupos de trabalho que a ANA se faz presente, nas discussões da coordenação nacional da ANA e das articulações regionais, alguns temas relacionados às políticas públicas foram apontados como estratégicos para os processos de transição agroecológica em andamento no bioma Mata Atlântica, a saber: (i) legislação ambiental em sua relação com a implantação de sistemas agroflorestais; (ii) políticas de apoio à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade da produção familiar, com base em um enfoque de soberania e segurança alimentar; (iii) políticas de crédito e assistência técnica. O cruzamento entre esses diferentes campos temáticos, no plano territorial, remete, necessariamente, às políticas de desenvolvimento territorial que vêm sendo implantadas desde o governo Lula, particularmente as ações hoje coordenadas pela SDT/MDA. A partir desses temas, o Projeto foi desenhado a partir de dois grandes eixos de atuação:

1. Políticas de Desenvolvimento de Territórios Rurais

Elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais, procurando integrá-las de forma coerente com a perspectiva agroecológica e com o desenvolvimento de metodologias de identificação e mapeamento de experiências.

2. Políticas Temáticas

Construção e negociação de políticas públicas a partir dos acúmulos de redes locais e regionais vinculadas à ANA nos seguintes focos temáticos:

- sistemas agroflorestais e legislação ambiental;
- soberania alimentar e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade;
- assistência técnica e financiamento de transição agroecológica.

No diagrama a seguir constam as entidades parceiras da FASE (proponente) na execução do Projeto PDA em Rede. Cada entidade é apresentada a partir do tema ao qual se vincula ao Projeto.

ENTIDADES PARCEIRAS DA FASE NA EXECUÇÃO DO PROJETO PDA EM REDE



As atividades realizadas a partir do Projeto são apresentadas nos diagramas a seguir:

EIXO 1

Elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais, procurando integrá-las de forma coerente com a perspectiva agroecológica e desenvolvimento de metodologias de mapeamento de experiências.

- **Atividade 1.1:** Realização de uma oficina para troca de experiências sobre o uso da cartografia social como instrumento de produção e socialização de conhecimentos sobre a construção social de territórios rurais de forma a subsidiar a ANA na elaboração do Mapa das Expressões da Agroecologia.
- **Atividade 1.2:** Reunião técnica para construção de metodologia e plano de trabalho nos territórios para realização dos estudos e mapeamento das experiências.
- **Atividade 1.3:** Realização de 2 oficinas de trabalho nos territórios, uma em Pernambuco e outra em Santa Catarina, para debater a proposta de metodologia e plano de trabalho.
- **Atividade 1.4:** Realização de dois estudos participativos das políticas públicas setoriais/temáticas abordadas no projeto que incidem

nos dois territórios-piloto em Pernambuco e Santa Catarina e suas relações com o Programa de Desenvolvimento Territorial da SDT.

- **Atividade 1.5:** Realização de 2 oficinas nos territórios para debater os resultados dos estudos participativos e para elaborar proposições de integração de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento territorial.
- **Atividade 1.6:** Realização de um seminário com representantes de redes e organizações da ANA e gestores de políticas públicas para a apresentação e debate das experiências de construção de propostas de políticas públicas com base em um enfoque temático e territorial e elaboração de propostas para o aprimoramento da política de desenvolvimento territorial do SDT/MDA em sua relação com outros instrumentos de política pública.

EIXO 2

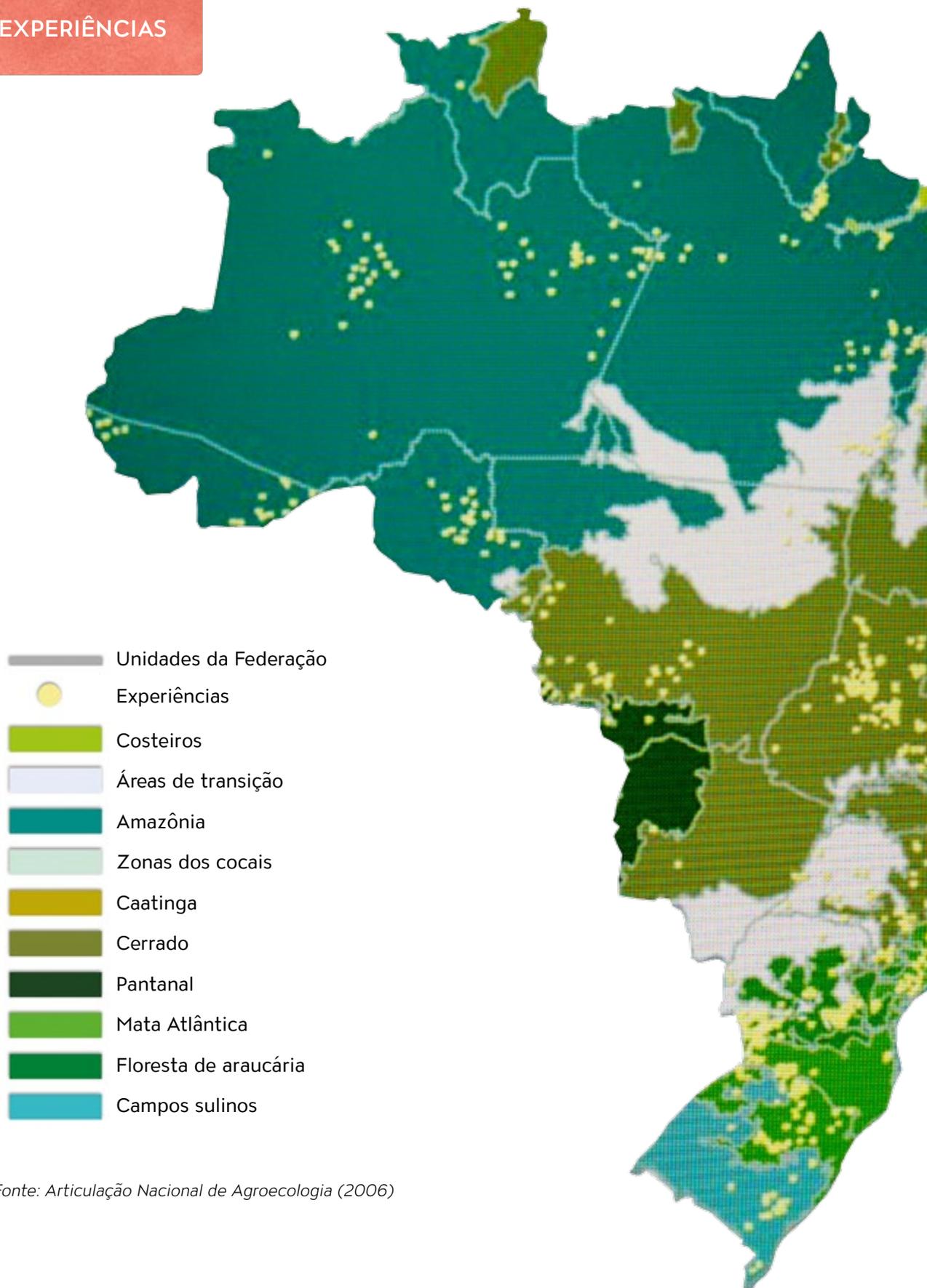
Construção e negociação de políticas públicas a partir dos acúmulos de redes locais e regionais vinculadas à ANA nos focos temáticos: sistemas agroflorestais e legislação ambiental; soberania alimentar e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; assistência técnica e financiamento da transição agroecológica.

- **Atividade 2.1:** Reunião de preparação do seminário sobre política pública de fomento de sistemas agroflorestais e legislação ambiental.
- **Atividade 2.2:** Realização de um seminário sobre política pública de fomento de sistemas agroflorestais e legislação ambiental com a participação de redes locais e regionais vinculadas à ANA e gestores de políticas públicas.
- **Atividade 2.3:** Realização de um seminário sobre política pública de soberania alimentar e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade com a participação de redes locais e regionais vinculadas à ANA e gestores

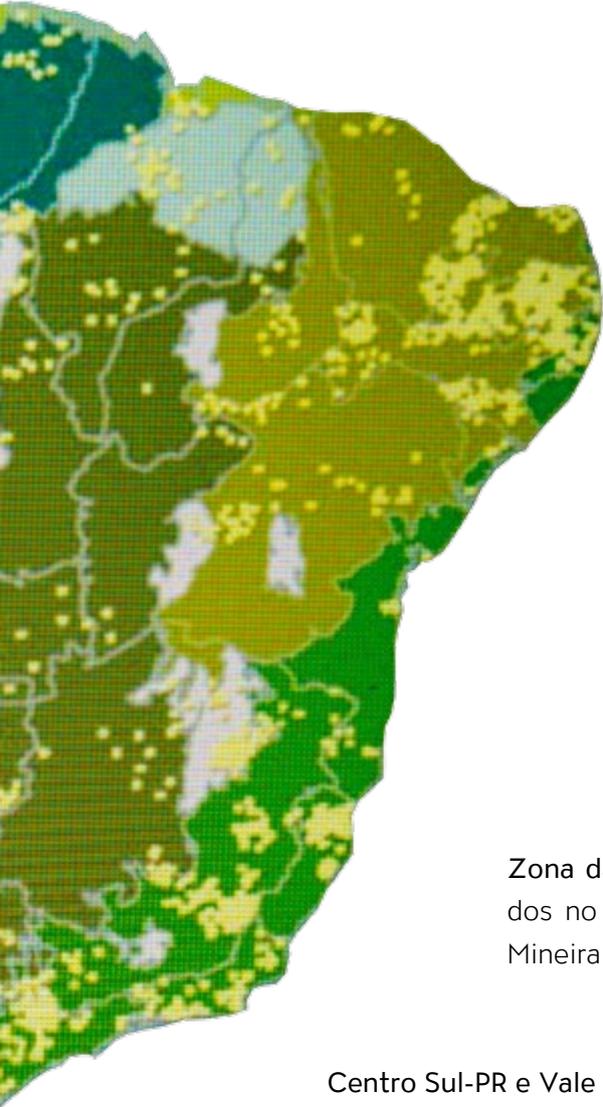
de políticas públicas.

- **Atividade 2.4:** Intercâmbio com o projeto "Geração e disseminação de conhecimentos agroecológicos e de gestão em rede a partir da mobilização e sistematização de experiências da agricultura familiar" da Rede ATER nordeste, no seminário regional sobre política pública de assistência técnica, com a participação de redes locais e regionais vinculadas à ANA.
- **Atividade 2.5:** Publicação de material pedagógico com sistematização das análises críticas e proposições das políticas tratadas nos seminários.

ESCOLHA DAS EXPERIÊNCIAS



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia (2006)

A map of Brazil with a green and yellow color scheme, representing agroecological experiences. The map shows the outline of the country with internal regional boundaries. The color gradient transitions from dark green in the south to yellow in the north, indicating the distribution of agroecological experiences. The text on the right explains that 424 (33%) of the 1,284 identified agroecological experiences are located in the Mata Atlântica biome. The text also mentions the II National Meeting of Agroecology in 2006, which led to the creation of the Map of Agroecological Expressions, and the current project's goal to give new meaning to the map by selecting specific territories and regions.

A escolha de experiências localizadas no bioma Mata Atlântica justifica-se a partir da constatação de que, das 1.284 experiências em agroecologia identificadas no Mapa das Expressões da Agroecologia, um total de 424 (33%) situam-se neste bioma. O II Encontro Nacional de Agroecologia, em 2006, trouxe a inovação da cartografia das experiências agroecológicas, que deu origem ao Mapa das Expressões da Agroecologia. Com este projeto, pretende-se também dar novos significados ao Mapa. Os territórios e regiões escolhidos foram:

Zona da Mata de Pernambuco e Baixo Sul, Extremo Sul-BA, com irradiação para territórios abrangidos por entidades da Rede ATER Nordeste.

Zona da Mata-MG, com irradiação para territórios situados no espaço de atuação de entidades da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA).

Centro Sul-PR e Vale do Caí-RS, com irradiação para territórios abrangidos por organizações integrantes da Rede ECOVIDA de Agroecologia.

Serra Catarinense, especificamente o território abrangido pelo Núcleo Planalto Serrano da Rede ECOVIDA de Agroecologia.





1

Políticas de
desenvolvimento
territorial
e promoção
da agroecologia

Como resposta às lutas da sociedade civil e dos movimentos sociais, a Constituição Brasileira de 1988 redefiniu o papel e o caráter do Estado e das políticas públicas no país. Nesta redefinição, a ideia de descentralização dos poderes e recursos do governo federal ganha destaque¹. A partir daí foram criados diversos planos, programas e políticas, orientadas pela proposta de descentralização e desconcentração administrativa.

No caso do meio rural, a proposta de descentralização atende à necessidade de superar as abordagens anteriores de políticas para o campo, especialmente no que se refere à forma de modernização da agricultura e ao enfrentamento das condições de desigualdade e degradação ambiental.

Nesse contexto o governo federal, no ano de 2003, criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e deu início a uma política de “promoção de desenvolvimento dos territórios rurais”, cujas ações estão ligadas ao Programa

Nacional de Apoio aos Territórios Rurais - PRONAT, inserido no Plano Plurianual (2004-2008). Para o MDA, territórios são “espaços de integração, articulação e concertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam” (BRASIL, 2005).

Os objetivos do PRONAT são: (a) apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais e (b) promover a implementação de políticas públicas de forma integrada. O PRONAT prevê como resultados a serem alcançados: o fortalecimento da gestão social; o fortalecimento das redes sociais de cooperação; a dinamização econômica; e a articulação institucional nos territórios rurais.

As duas principais linhas de atuação são (a) a implementação de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; e (b) o fortalecimento da Rede

¹ A descentralização, na definição de Jara (2001), “visa reorganizar a gestão do Estado para aproximar os cidadãos, as associações e as organizações comunitárias dos poderes públicos”.

Nacional de Órgãos Colegiados – formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, assim como pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial (SDT/MDA: 2005).

A estratégia metodológica consiste na identificação e priorização dos territórios; na apresentação da Proposta metodológica e pactuação com os principais atores sociais nos territórios (governos e sociedade civil); na definição do colegiado territorial (CODETER), através de um processo de mobilização e formação de agentes de desenvolvimento; na elaboração e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), principal instrumento de gestão social e articulação das políticas públicas; e, por último, no apoio a projetos, que devem estar de acordo com os eixos do plano.

Neste projeto, procuramos problematizar a leitura da concretização dessa política, à luz de experiências que adotam a

perspectiva agroecológica nos territórios de atuação. E também desenvolver, junto às entidades que fazem parte da ANA, algumas referências para a incorporação do enfoque territorial como perspectiva estratégica e metodológica para a atuação no campo agroecológico.

Os territórios indicados foram o Território Mata-Sul, em Pernambuco e o Território Serra Catarinense. Foram realizadas nesses territórios as seguintes atividades:

Estudos participativos:

Das políticas públicas setoriais/temáticas abordadas no projeto que incidem nos dois territórios-piloto.

Oficinas:

Apresentação dos resultados dos estudos participativos e espaço para a elaboração de proposições de integração de políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento territorial, à construção da prática agroecológica.

1.1 A experiência no território CATARINENSE

Localizada região conhecida como Planalto Catarinense, é formado por 18 municípios, que abrangem uma área total de 16.085 Km², o que representa 16,9% da superfície do estado. Em 2000, sua população era de 287.276 pessoas, com um sentimento de pertencimento e a identidade do “povo serrano”.

O mapa do Território é o mesmo adotado pela Igreja Católica há cerca de 80 anos. Ele também é usado pelo Centro Vianei de Educação Popular, desde a sua origem. Desde 2003 o MDA considera a região como um Território da Cidadania.

Dos 18 municípios, 09 possuem mais de cinco mil habitantes, e apenas 04 possuem mais de 10 mil habitantes: Lages (153.944), São Joaquim (24.762), Otacílio Costa (16.284) e Correia Pinto (14.658). Esses 04 municípios concentram 74,1% do total da população do Território, sendo que Lages e São Joaquim exercem o papel de municípios-polo e são sedes das duas Secretarias de Desenvolvimento Regional da região.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à média do estado (0,749 no Território, contra 0,822 no estado) e é considerado o local com maior concentração de pobreza de Santa Catarina. A pobreza concentra-se principalmente no meio rural. Há também a pior taxa de alfabetização: de cada dez crianças, quatro não frequentam a esco-

la. O Programa Bolsa Família beneficia 12.700 famílias, com uma média de R\$ 68/mês.

Outro aspecto significativo é o fato de que um número considerável de agricultores(as) familiares têm acesso restrito à terra. Os dados apontam que 21,1% dos estabelecimentos rurais da região são geridos por não proprietários (arrendatários, ocupantes e parceiros), perfazendo um total de 3.536 estabelecimentos, os quais ocupam 7,9% da área do território. Em Cerro Negro, aproximadamente 1/3 dos estabelecimentos rurais são geridos por agricultores (as) não proprietários e 76% da população vive com menos de um salário mínimo por mês. A conjunção desses fatores explica os índices de pobreza. Dentre os municípios que apresentam os seis menores IDHs do estado, três estão na Serra Catarinense: Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Bocaina do Sul.

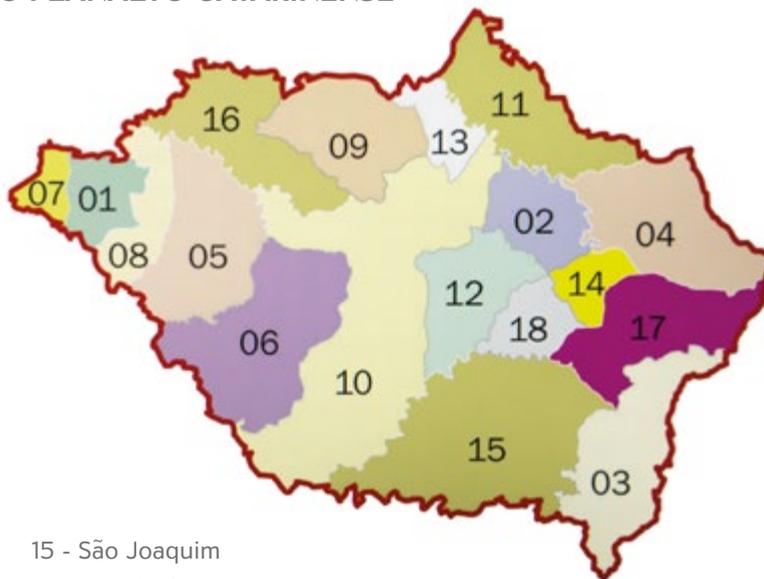
As principais atividades econômicas são a produção agrícola e os serviços. O setor madeireiro é a base de sustentação econômica e está altamente concentrado no setor de papel e celulose. Segundo dados da Sindimadeira, de 2006, 60% da economia da Serra Catarinense está baseada no setor madeireiro. São 285 mil ha de *Pinus_elliottii* plantados no território, 700 empresas processadoras, que geram 6.000 empregos diretos e cerca de 27.000 indiretos. Os principais pro-

MAPA DO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE



REGIÃO DO PLANALTO CATARINENSE

- 01 - Anita Garibaldi
- 02 - Bocaina do Sul
- 03 - Bom Jardim da Serra
- 04 - Bom Retiro
- 05 - Campo Belo do Sul
- 06 - Capão Alto
- 07 - Celso Ramos
- 08 - Cerro Negro
- 09 - Correia Pinto
- 10 - Lages
- 11 - Otacílio Costa
- 12 - Paineira
- 13 - Palmeiras
- 14 - Rio Rufino



- 15 - São Joaquim
- 16 - São José do Cerrito
- 17 - Urubici
- 18 - Urupema

Fonte Mattei, 2013

Fonte: Centro Vianeí (2014)

duto do setor madeireiro são compensados, móveis, briquetes, cercas, papel e celulose, sendo que 50% desses produtos são destinados para o mercado externo.

Na agricultura destacam-se a produção de milho, feijão, soja, cebola, tomate, batata, fumo e trigo. Essas culturas somam 97,4% do valor da produção e 99,4% da área de lavouras temporárias existentes no território.

Numericamente, a agricultura familiar é amplamente majoritária: dos 16.673 estabelecimentos rurais, 82% podem ser considerados unidades familiares de produção. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 28,7% dos estabelecimentos possuem menos de 10 hectares, totalizando 4.792 unidades (IBGE, 1996).

Mesmo sendo expressiva em termos quantitativos, a agricultura familiar confronta-se com o precário acesso às políticas públicas, com grandes dificuldades para se integrar ao mercado de produtos, de varejo e atacado, e com o contínuo aumento dos custos de produção. Diante dessas condições, essa parcela da população vem vivenciando crescentes níveis de empobrecimento.

O modelo de desenvolvimento do meio rural da região, fundado na concentração de terras, na exploração desenfreada da floresta de araucária (*Araucaria angustifolia*, o nosso pinheiro brasileiro), ocorrido nos anos 1960 e 1970, e na atual opção de

ampliação da monocultura de *Pinus elliottii*, coloca sérios desafios à reprodução social de parcela significativa da população. Vale destacar que 54% da área de *Pinus elliottii* plantados no território concentram-se no município de Otacílio Costa, e que este município, por sua vez, apresenta uma das mais elevadas taxas de êxodo rural do país.

Os dados do Levantamento Agropecuário (LAC) divulgados pela Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) indicam que, entre 2003 e 2006, 1.074 pessoas migraram do meio rural do território, sendo que a maioria estava em idade ativa. Entre os motivos declarados ao LAC estão a busca por melhores condições de renda e o acesso à educação formal. A “terra que ficou insuficiente” também é apontada como motivo para a migração.

Além disso, a construção de grandes barragens na bacia do Rio Uruguai provocou o reassentamento de milhares de famílias agricultoras dentro e fora do território, desagregando dezenas de comunidades rurais². Outra consequência indireta da inundação pelos lagos das barragens foi o inflacionamento do preço das terras, tornando inviável a aquisição de áreas com os valores preconizados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal.

Neste contexto, as principais questões indicadas durante a Oficina foram:

2 Segundo dados fornecidos pela BAESA – Energética Barra Grande S/A - as usinas hidrelétricas já inundaram 2.077 ha de mata primária. Já o MAB – Movimento de Atingidos por Barragens - diz que são mais de 8.000 ha. O número de famílias atingidas por esses empreendimentos também é divergente: segundo a BAESA são 1.520, mas para o MAB o número é muito maior.

- a) êxodo rural, principalmente de jovens e mulheres, o que contribui significativamente para a dificuldade de sucessão hereditária na agricultura familiar;
- b) a perda de áreas sob a posse de agricultores familiares devido ao aumento do número de projetos de usina hidrelétricas de grande porte (UHE) e de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) em andamento;
- c) perda significativa de áreas de pastagens nativas e áreas de regeneração natural de floresta devido ao avanço da monocultura de *Pinus elliottii* sobre estas áreas;
- d) elevação do uso de agrotóxicos devido à ampliação de áreas cultivadas com agricultura convencional, em detrimento da agricultura tradicional da região.

No território Serra Catarinense é forte a presença de movimentos sociais organizados, tais como: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Sindical, através de coletivos da Fetraf-Sul e da Fetaesc. Nos últimos 10 anos, foram estabelecidos espaços de gestão social nos quais as organizações do meio rural são predominantes, como CONSAD, Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter), Rede de Agroecologia ligada à Rede Ecovida e o Fórum Regional de Economia Solidária. Esses espaços de gestão social apresentam-se como importantes locus da disputa entre as entidades do campo popular,

que visualizam a agroecologia como um paradigma para o desenvolvimento, e as forças conservadoras do território.

A disputa é mais acirrada no Codeter, por ser um espaço de disputa de projetos e, por conseguinte, de recursos financeiros oriundos do governo federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA. Conforme colocado anteriormente, a formação de um colegiado territorial, neste caso o Codeter, faz parte da estratégia metodológica da política de desenvolvimento territorial do MDA.

No âmbito dos projetos aprovados e executados via Codeter, o PRONAF Infraestrutura, destinado à implantação de agroindústrias, assume grande importância. Nos últimos sete anos, o programa aplicou cerca de R\$ 1 milhão em dez municípios do território.

Esse valor dificilmente teria sido viabilizado sem que os membros da rede de agroecologia tivessem desenvolvido capacidade política e organizativa para a elaboração e negociação de projetos junto ao Codeter. As reuniões e oficinas organizadas pela rede de agroecologia sempre estimularam a discussão e a elaboração conjunta de propostas e buscaram a construção de consensos acerca das posições a serem assumidas e defendidas frente ao colegiado. As atividades de formação e capacitação dos membros da rede têm sido decisivas para a qualificação dos projetos elaborados, bem como para o debate nos diferentes espaços oficiais de negociação de políticas públicas, como o Codeter.

A REDE DE AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE

A Rede tem sido um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção da agroecologia no território. Suas primeiras ações e práticas agroecológicas na região remontam ao início da década de 1980, a partir da atuação da Associação Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde (AVICITECS), fundada em 1983.

Além da atuação do Centro Vianeí, devem ser lembrados, no histórico de construção da agroecologia na região, a atuação da Diocese de Lages e de um conjunto de movimentos sociais, como o MAB, movimento sindical, movimento de mulheres agricultoras e o MST. Os temas emergentes para a estruturação da agroecologia no território foram o manejo da agrobiodiversidade, em especial a produção de sementes; os trabalhos com manejo agroecológico de solos; as práticas de educação popular com o estímulo à formação e capacitação de atores sociais, em especial aqueles ligados ao movimento sindical combativo; a criação de cooperativas de crédito rural com interação solidária e criação de Casas Familiares Rurais (CFR).

Esse processo foi amadurecendo ao longo do tempo até a estruturação da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense, que faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia, constituindo o Núcleo Planalto Serrano. A Rede tem uma dinâmica de reu-

niões periódicas, com o objetivo de discutir e promover o desenvolvimento sustentável e solidário do território, com a proposta de expansão e consolidação da agroecologia na região.

Atualmente, o Núcleo Planalto Serrano da Rede ECOVIDA é composto por 45 organizações, incluindo grupos informais, associações comunitárias e cooperativas, em 16 municípios. Abrange um total aproximado de 400 famílias em diferentes estágios do processo de transição agroecológica.

Os principais eixos de atuação do Núcleo, atualmente, têm sido: a produção agroecológica de alimentos; a conservação da biodiversidade; a dinamização da comercialização através de canais alternativos de comercialização, a agroindustrialização e beneficiamento de alimentos e a avaliação de conformidade dos processos de produção, pela via da certificação participativa (diagrama a seguir).

As cooperativas de crédito são outro forte ramo de atuação. Mas embora as organizações trabalhem com este tema desde 1993, existe ainda hoje certa dificuldade em se vincular o crédito com a transição agroecológica. Há vários projetos do Pronaf aprovados na região, mas o número de experiências apoiadas pelo Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), com vistas à produção agroecológica, não é significativo.

Outras atividades importantes da Rede são o trabalho com práticas alternativas de saúde e a organização de mulheres agricultoras em associações. Discute-se também a questão da economia solidária, embora este tema esteja sendo mais assumido pela Cáritas, em articulação com a Igreja Católica.

Uma característica importante da rede de agroecologia do Território Serra Catari-

nense é a participação ativa de seus membros em Conselhos de Políticas Públicas municipais e regionais, tais como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Lages, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Santa Catarina, a Comissão Estadual de Agricultura Orgânica (CPORG) e o Conselho Estadual de Alimentação Escolar de Santa Catarina.

PRINCIPAIS AÇÕES DA REDE DE AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE

1. Conservação da Biodiversidade
2. Gênero e educação popular
3. Produção agroecológica
4. Agroindustrialização artesanal
5. Comercialização Solidária
6. Avaliação de conformidade (certificação participativa)

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE/SC

Quais são as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável em curso no território? Qual a relação da rede de agroecologia com tais políticas? Estas políticas têm gerado impactos sobre a rede de agroecologia?

(a) Produção agroecológica

Identifica-se, no âmbito do Território Serra Catarinense, um conjunto de políticas públicas que exercem algum tipo de influência sobre a produção agroecológica, algumas de forma positiva, no sentido da promoção e apoio aos processos de transição, outras com influência negativa, no sentido de estimularem a aquisição de adubos químicos e agrotóxicos pelos agricultores. Entre as políticas de promoção, destacam-se a chamada pública para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para a promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista (MDA, 2013), e os Programas PAA e PNAE. Entre aquelas que enfraquecem os processos de transição, mesmo que de forma indireta, o PRONAF ganha destaque.

Desde a década de 1990, o PRONAF vem sendo executado no território. Desde então, a importância do programa tem crescido, tanto no que se refere ao número de contratos quanto aos valores executados. Para os anos de 2009/2010, informa-

ções da EPAGRI indicam 5.126 contratos de custeio e 2.058 contratos de investimento executados no território. Somando custeio e investimento, na safra 2009/2010 foram aplicados R\$ 57.758.856,54. Desse recurso, 72% refere-se a custeio de safras e 28% a investimentos em estrutura produtiva.

Não nos aprofundamos na análise da relação do PRONAF com a rede de agroecologia no Território da Serra Catarinense, pois consideramos que, apesar de o programa mobilizar o maior montante de recursos para a agricultura familiar, ele ainda pode ser considerado como uma política contrária à promoção da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Um dos indicadores desta afirmação é a alta porcentagem gastas com custeio de safra, o que significa a aquisição de adubos químicos e agrotóxicos para uso numa agricultura convencional.

A ANA considera que há poucas iniciativas inovadoras relacionadas ao PRONAF no que se refere à promoção da agroecologia e desenvolvimento sustentável e que os gastos do programa têm fortalecido principalmente as corporações relacionadas ao agronegócio. Neste sentido, ele atua para aumentar a dependência da agricultura familiar em relação aos mercados e indústrias de insumos, ao invés de estimular a autonomia econômica das famílias de agricultores.

Uma exceção têm sido os investimentos para a implantação de agroindústrias

na região. Segundo informações do Centro Vianeí, nos últimos sete anos foram aplicados cerca de R\$ 1 milhão na construção de agroindústrias através do PRONAF Infraestrutura em municípios do Território.

Outro ponto de destaque na análise das políticas públicas que incidem sobre o território são políticas de assistência técnica e extensão rural. Considera-se que o principal desafio para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território Serra Catarinense passa pelo fortalecimento e ampliação da ATER vinculada à agroecologia. Apesar da evolução dos valores aplicados em ATER no Brasil ter sido expressiva, saltando de R\$ 42 milhões, em 2003, para R\$ 482,5 milhões em 2009, segundo informações do MDA, acredita-se ser urgente uma opção mais contundente pelo paradigma agroecológico nos serviços oferecidos aos agricultores(as) familiares e suas organizações.

Além do Centro Vianeí, outras entidades atuam junto a agricultores agroecologistas no Território: Cooperativa Ecoserra, Movimento das Mulheres Camponesas; Movimento dos Atingidos por Barragens. Algumas prefeituras possuem técnicos para atuação junto a agricultores agroecologistas. Cita-se ainda a atuação da EPAGRI, de forma esporádica.

Apesar da importância crescente dos projetos de ATER, por meio de políticas e programas do governo federal, eles não têm sido suficientes para a manutenção e ampliação da assistência técnica junto a agricultores agroecologistas. Assim, tanto o Centro Vianeí quanto a Ecoserra destacam a neces-

sidade de manter relação com a cooperação internacional como forma de financiamento da ATER em agroecologia no território.

Uma importante inovação no campo das políticas de extensão rural e assistência técnica ocorreu, no ano de 2013, através das chamadas públicas para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista (INCRA e SAF/DATER/MDA). Elas têm como objeto a "Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO" (MDA, 2013).

Um importante exemplo de interface entre uma política pública e a agroecologia foi o Projeto de Hortas Comunitárias, apoiado pelo MDS, que teve como objetivo a implantação de 35 hortas comunitárias, urbanas e periurbanas. O projeto envolveu cerca de 2.000 famílias da periferia de Lages. Entre os resultados destacam-se: o aumento da quantidade, variedade e qualidade da alimentação, o resgate de práticas tradicionais de cultivo e o resgate de relações de solidariedade entre famílias da periferia. Outro resultado observado é o reconhecimento do papel das mulheres agricultoras, que antes eram consideradas apenas "do lar".



Araucária angustifolia, ou Pinheiro Brasileiro

(b) Conservação da biodiversidade

O setor madeireiro é a base de sustentação econômica do Território e está em crescente expansão. A área plantada com *Pinus elliotis* no Território é de 285 mil ha e tende ao crescimento. Neste contexto de expansão do setor madeireiro e de expansão do cultivo de *Pinus elliotis*, a preservação e ampliação de áreas de paisagem natural exigem o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, tais como o fortalecimento da cadeia produtiva do pinhão, fruto da *Araucária Angustifolia* (Pinheiro Brasileiro).

Desde 2007, projetos de fortalecimento da cadeia produtiva do pinhão vêm sendo executados no Território da Serra Catarinense por atores ligados à rede de agroecologia. Entre os projetos, citam-se:

- A comercialização de pinhão para o PAA/CONAB/Formação do estoque – Em 2009/2010 os projetos com feijão e pinhão atingiram o valor de R\$ 300.000.
- Isenção do ICMS, que era de 12%, para comercialização do pinhão em SC.
- Inclusão do pinhão no movimento Slow Food Internacional - Fortaleza do Pinhão da Serra Catarinense. Boa parte dos coletores da região serrana de Santa Catarina são sócios da Cooperativa Ecoserra. Através desta parceria pretende-se fortalecer e qualificar o consumo do pinhão e demonstrar a importância da conservação da Floresta de Araucária.
- O Grupo Ecológico Renascer, no municí-

O PINHÃO

O pinhão é a semente da Araucária Angustifolia. Tem cerca de 4 centímetros, forma alongada e cor de marfim, envolto em uma casca grossa e colhido em pinhas de grande dimensão, que podem conter de 10 a 120 pinhões. Pesquisas históricas e achados arqueológicos mostram que os indígenas Kaingang e Xokleng, antigos habitantes da área da serra catarinense, viviam da caça e da coleta do pinhão. O pinhão representou um alimento fundamental, no passar dos séculos, também para outros povos indígenas e para os descendentes de italianos e alemães que colonizaram a região. No passado os coletores de pinhão, na época da safra, destinavam um cômodo inteiro da própria casa para estocar o fruto, que seria consumido nos meses seguintes. Sempre foi considerado um “alimento de pobre”, para matar a fome, mas na culinária tradicional é utilizado em muitas receitas, e seu valor nunca foi oficialmente reconhecido em nível nacional. Usualmente, o pinhão é cozido em água para a utilização em inúmeras preparações, ou assado diretamente na chapa do fogão de lenha nas casas dos coletores. As duas receitas mais tradicionais nas quais se utiliza o pinhão são: paçoca de pinhão (pinhão cozido e moído, misturado com carne seca em um pilão) e entrevero (um cozido de verduras e carnes acompanhados de pinhão). O povo indígena consumia o pinhão na sapecada: o fruto era coberto com as folhas (grimpas) da araucária e se colocava fogo, assando o pinhão, que depois era descascado e consumido na floresta. Esta forma de consumo é muito tradicional atualmente entre os coletores, que consomem o pinhão durante o trabalho.



pio de Urubici, vem desenvolvendo um projeto piloto de processamento do pinhão.

- Comercialização de pinhão na Alimentação Escolar através do PNAE.

(c) Agroindustrialização artesanal

Nos últimos cinco anos foram realizados vários investimentos (públicos e por parte das organizações dos agricultores) voltados à estruturação de agroindústrias na região. Estão em processo de implantação, ou já implantadas, dez agroindústrias. São elas: beneficiamento de cebola, em Bom Retiro; beneficiamento de grãos, em São José do Cerrito e Anita Garibaldi; processamento de óleo vegetal, pinhão, hortaliças, sucos e geleias, em Otacílio Costa; processamento de frutas, sucos, hortaliças e pinhão, em Urubici; panificação e massas, doces, geleias, sucos e pinhão, em São Joaquim; panificação, em Urubici; artesanato, em São Joaquim e Cerro Negro; processados, conservas e sucos, em Alfredo Wagner.

Outro fator decisivo para que esses investimentos fossem levados adiante foi a aprovação de projetos do Pronaf Infraestrutura, por meio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter). Aliada ao Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), essa política de desenvolvimento territorial tem proporcionado algumas condições estruturais para a expansão da agroecologia na região.

Um dos grandes focos de atuação da Rede atualmente é a luta pela obtenção do SUASA (Sistema Único de Atenção

à Sanidade Agropecuária) pelos grupos de agricultores que gerenciam pequenas agroindústrias. Muitas delas, de caráter comunitário, foram fechadas pela fiscalização sanitária. Espera-se que num futuro próximo mais de 30 grupos sejam beneficiados pela implantação do SUASA no território.

(d) Comercialização solidária

O acesso aos mercados é um tema central, uma vez que os grupos, associações e cooperativas da rede de agroecologia já produzem aproximadamente 60 diferentes tipos de alimentos in natura em escala comercial.

Há alguns anos os grupos da Rede investiram muito na estratégia de comercialização para grandes mercados atacadistas e varejistas. A experiência foi muito problemática e foi sendo paulatinamente abandonada. Atualmente apenas 15% da produção comercializada através da Cooperativa Eco-serra vai para esse mercado. A partir desta mudança na concepção, outras iniciativas de comercialização, mais focadas em mercados locais e cadeias curtas, passam a ser organizadas na região.

A primeira feira foi no município de Lages. Com o crescimento da oferta de produtos, novas feiras foram implantadas, sendo que atualmente existem nove delas: em Lages, Otacílio Costa, Campos Novos, São Joaquim, Anita Garibaldi, Bom Retiro, Curitibaanos.

Outra estratégia de comercialização são as entregas em domicílio. Adotada pelos grupos e associações nos municípios de



Fachada da Cooperativa ECOSERRA (Fonte: Centro Vianeí)

Anita Garibaldi, Bom Retiro, Otacílio Costa, Urubici, Paineira, Urupema e São Joaquim, essa estratégia é vinculada às feiras agroecológicas. Há também a iniciativa de grupos que recebem consumidores nas suas propriedades para a comercialização direta.

O principal agente de comercialização solidária no território da Serra Catarinense é a cooperativa Ecoserra. Fundada em 1999 com 20 sócios, possui atualmente 490. A sede da cooperativa é no município de Lages, mas possui filiais em Anita Garibaldi e Alfredo Wagner. A missão da cooperativa é "aproximar de forma solidária consumidores, artesãos e agricultores familiares vislumbrando a consolidação de um mercado mais justo e solidário. Abastecimento das três categorias com alimentos agroecológicos e fornecimento de in-

sumos agroecológicos (sementes, adubos orgânicos, calcário, etc.) para os agricultores familiares e matéria-prima para os artesãos".

As principais ações da Ecoserra no que se refere à comercialização são a elaboração e execução de projetos para programas tais como o PAA e PNAE. Os primeiros contratos do PAA/CONAB no território foram firmados no ano de 2004, e a cooperativa tem sido seu principal articulador na região.

Entre 2004 e 2009 foram aplicados, através do projeto PAA/CONAB/Ecoserra, cerca de R\$ 3,4 milhões, atendendo a mais de 1.000 agricultores(as) familiares do Território. Além dos recursos do PAA/CONAB também foram aplicados cerca de R\$ 1,8 milhões via projetos com o Ministério do Desenvolvimento Social para a região do CONSAD³.

³ O Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD é um arranjo territorial institucionalmente formalizado envolvendo um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda.

Nos quadros a seguir mostramos um detalhamento dos projetos do PAA elaborados e contratados pela Cooperativa Ecoserra com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Companhia de Abastecimento Alimentar (CONAB). Nesses anos foram aplicados R\$ R\$ 2.796.735 na aquisição de alimentos da agricultura familiar, com doação simultânea para entidades de assis-

tência social. Ao todo foram 122 entidades assistenciais e 37.228 consumidores atendidos pela doação. No gráfico O1 apresentamos os principais produtos comercializados.

Enquanto os projetos com o PAA são centralizados na Ecoserra, a comercialização junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sido um pouco mais descentralizada. Há projetos execu-

QUADRO 01: PROJETOS PAA (CONAB E MDS) EXECUTADOS EM 2012 E 2013

MUNICÍPIO	2012	2013
Lages	R\$ 179.982,50	R\$ 163.686,36
Florianópolis	R\$ 160.940,20	R\$ 248.147,95
Blumenau	R\$ 108.805,00	R\$ 166.706,90
Bom Retiro	R\$ 49.499,54	R\$ 100.625,00
Correia Pinto	R\$ 71.999,75	R\$ 115.200,00
Encontro Ampliado da Rede Ecovida	R\$ 45.000,00	
Cerro Negro	R\$ 131.542,00	
Otacílio Costa	R\$ 49.500,00	
Urubici	R\$ 61.453,80	R\$ 62.123,00
São Joaquim	R\$ 129.066,00	
Celso Ramos	R\$ 102.589,00	
Cerrito	R\$ 95.579,00	
Erva mate	R\$ 140.330,75	
Alfredo Wagner	R\$ 44.999,75	
Anita Garibaldi	R\$ 211.500,00	
Rio do Sul		R\$ 147.309,90
Bocaína do Sul		R\$ 23.893,59
Curitibanos		R\$ 67.200,00
Petrolândia		R\$ 119.055,20
TOTAL	R\$ 1.582.787,10	R\$ 1.213.947,90

Fonte: Cooperativa ECOSERRA

tados diretamente entre as organizações de agricultores e as prefeituras. Um bom exemplo é o ocorrido no município de Anita Garibaldi, onde a associação de agricultores firmou contrato de entrega de 35 produtos, desde hortaliças e frutas até pães e bolachas artesanais. Em alguns produtos, conseguiu-se garantir o adicional de 30% pelo fato de os alimentos serem orgânicos. Em

2010 o contrato alcançou R\$ 80.500. Em Lages e Correa Pinto, a aquisição de alimentos orgânicos tem ultrapassado a meta de 30% de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar.

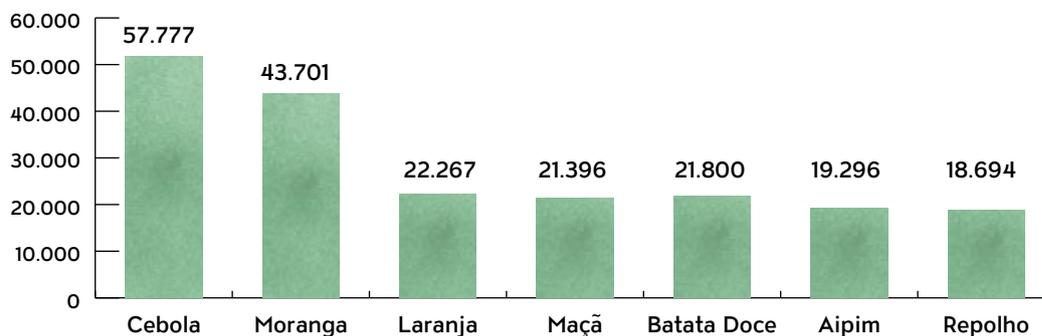
Em 2012, cinco municípios realizaram chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

QUADRO 02: PROJETOS PNAE NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE EM 2012

MUNICÍPIO	2012
Florianópolis	R\$ 186.000,00
Bombinhas	R\$ 70.000,00
Lages	R\$ 160.000,00
Ibirama	R\$ 100.000,00
Prodene Orgânico Estadual	R\$ 6.800,00
TOTAL	R\$ 522.800,00

Fonte: Cooperativa ECOSERRA

GRÁFICO 01: PRINCIPAIS PRODUTOS E QUANTIDADES (KG) COMERCIALIZADAS PELA ECOSERRA ATRAVÉS DO PAA E PNAE (2012-13)



Fonte: Cooperativa ECOSERRA

(e) Avaliação de conformidade

A avaliação de conformidade dos produtos ecológicos produzidos no âmbito da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense é realizada através do Sistema Participativo de Garantia da Associação Ecológica de Agroecologia. O espaço para as discussões é o Núcleo da Rede Ecológica no Território. O Núcleo possui uma comissão de ética formada por agricultores, técnicos e, em alguns casos, consumidores de alimentos agroecológicos. A comissão realiza as visitas de certificação nas propriedades rurais e na sequência emite o parecer de conformidade. Após a visita e emitido o parecer, os requerentes podem fazer uso do selo da Rede Ecológica.

Em 2010, estiveram em processo de avaliação de conformidade 303 propriedades rurais e dez unidades de beneficiamento/agroindustrialização, em um trabalho que envolveu diretamente 60 pessoas.

(f) Gênero e educação popular

O trabalho com as mulheres trabalhadoras rurais também tem recebido uma dedicação especial por parte das organizações da Rede de Agroecologia do território, em especial do Centro Vianeiro. A emergência de 14 grupos de produção/agroindustrialização agroecológica geridos por mulheres trabalhadoras rurais no território é uma realidade.

Além de produzir, os grupos de mulheres também comercializam os produtos, gerando renda para as famílias. As mulheres agricultoras estão ativamente envolvidas nas feiras de alimentos agroecológicos do território, sendo que quatro feiras são realizadas exclusivamente por mulheres. As agricultoras também estão envolvidas com a comercialização em domicílio nos municípios de São Joaquim, Bom Retiro, Lages e Urubici e com as vendas para o PAA e PNAE.

Outro ponto de destaque é o trabalho de agroindustrialização / beneficiamento. Das dez agroindústrias que estão em fase de adequação/implementação no âmbito da Rede de Agroecologia, citadas anteriormente, sete são gerenciadas por mulheres.

O trabalho da Rede de Agroecologia em conjunto com o Programa de Promoção à Igualdade em Gênero, Raça e Etnia (PPI-GRE), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem criado condições para a valorização e o reconhecimento do trabalho e da atuação dos grupos de mulheres do território. Essa estratégia está alicerçada no trabalho de base realizado pelo Centro Vianeiro em conjunto com o Grupo de Trabalho de Mulheres e Agroecologia da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A educação formal em agroecologia tem sido constantemente discutida na Rede de Agroecologia. Como resultado do trabalho da Rede, identificam-se duas Casas Familiares Rurais e uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC, antigo Centro Federal de Educação Tecnológica em

Santa Catarina). Esta unidade faz parte do programa nacional de expansão do sistema de escolas técnicas federais que o Governo Federal vem promovendo em todo o país. A escola de Lages irá oferecer cinco cursos técnicos ao longo dos próximos anos, sendo um deles em agroecologia. Essa foi

uma conquista realizada pela Rede de Agroecologia, tendo em vista que foi necessária uma grande concentração de esforços para convencer a direção do Instituto Federal da necessidade de criação do curso.

DESAFIOS PARA A AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO

Um importante desafio para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território refere-se à consolidação de programas e políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar voltado para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos. A proposta é que tais programas transformem-se em políticas permanentes. Se consolidados, eles podem representar importante mercado para produtos da agricultura familiar agroecológica, assim como uma forma de garantia de acesso a alimentos saudáveis por uma parcela da população. Outro aspecto singular destes programas é a possibilidade de ligação entre campo e cidade, característica que faltava nas políticas públicas para o meio rural até então.

Um desafio permanente é o processo de adequação das agroindústrias ao sistema atual de inspeção sanitária. Historicamente o serviço de inspeção é uma barreira para a

agroindústria de base familiar. Nesta área, o desafio é a efetivação e a capilaridade do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) nos territórios. O Codeter Serra Catarinense e a Rede de Agroecologia entraram nessa discussão e pretendem garantir a implantação do SUASA através de um consórcio de municípios.

As questões de sucessão hereditária na agricultura familiar, em especial na agroecologia, é um tema que precisa ser trabalhado de forma especial, sob pena de impedimentos na reprodução social desse tipo de produção. Não é possível imaginar um horizonte auspicioso para a agroecologia desvinculado da superação dos limites da sucessão hereditária. As instituições que pretendem contribuir ou continuar contribuindo no processo de construção da agroecologia precisam necessariamente articular estratégias produtivas e de geração de renda focadas nos jovens.

1.2 A experiência do território MATA SUL/PE

O Território Mata Sul/PE é composto por 25 municípios, que totalizam uma área de 5.689 km², ou 6% da área do estado. Possui uma população estimada, em 2010 (IBGE), de 785.510 pessoas, o que corresponde a 9% da população de Pernambuco. Destas, 28,73% vivem no meio rural. O território possui 12.668 agricultores (as) familiares, 10.145 famílias assentadas e uma comunidade quilombola. É a região de maior concentração de assentamentos da reforma agrária de Pernambuco. O Território Mata Sul/PE é considerado um Território da Cidadania do MDS⁴.

Nessa região, a cana-de-açúcar é um traço da herança colonial marcada pela tríade latifúndio, monocultura e superexploração do trabalho assalariado, além do uso degradante dos recursos naturais.

É no contexto de assalariamento na cana-de-açúcar que a agricultura familiar do Território Mata Sul é constituída. Como nos diz D. Sebastiana:

“fomos criados no canavial e temos agora a passagem para agricultura familiar, uma identificação melhor. Antes a gente não

aparecia...Trabalhei 14 anos no canavial. Um rapaz da cidade e operário da usina não podia namorar uma camponesa. Eu optei por trabalhar como doméstica naquela época. Depois me casei e em 1982 fui para Serro Azul. Em 1985 resolvi ser agricultora. Era uma cooperada da cooperativa. Tinha cana, mas tinha também banana e farinha. Em 2006 tornei-me uma agricultora familiar reconhecida, quando entrei na agroecologia... quando fui cooperada por dois anos, aí requeri a minha aposentadoria”... (depoimento na oficina do projeto; 2010).

Mais recentemente, novas atividades passaram a ser desenvolvidas, como a exploração de petróleo e gás, a construção naval, a indústria automobilística, a indústria siderúrgica e a indústria farmoquímica. A reestruturação econômica tem impactos, como o estímulo ao êxodo rural, que atrai principalmente a população jovem da região.

Sem desconsiderar as especificidades postas pelo atual processo de desenvolvimento local, o território pode ser, de forma geral, dividido entre um polo urbano - em pleno processo de expansão industrial, dotado

4 A inclusão do território Mata Sul como Território da Cidadania/MDS considera 19 municípios como parte da área: Ribeirão, Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Bonito, Catende, Cortês, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraial, Palmares, Primavera, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Xexéu.

MAPA DO TERRITÓRIO MAPA SUL (PE)



REGIÃO NORDESTE ESTADO DE PERNAMBUCO



LEGENDA

-  Rodovias
-  Limite do território

Fonte: Base Cartográfica: IBGE 2006. Base Territorial:SDT/MDA 2009

de vultosos investimentos públicos e privados - e um polo rural, subestimado pelos investimentos governamentais, que vem perdendo parcela significativa da população.

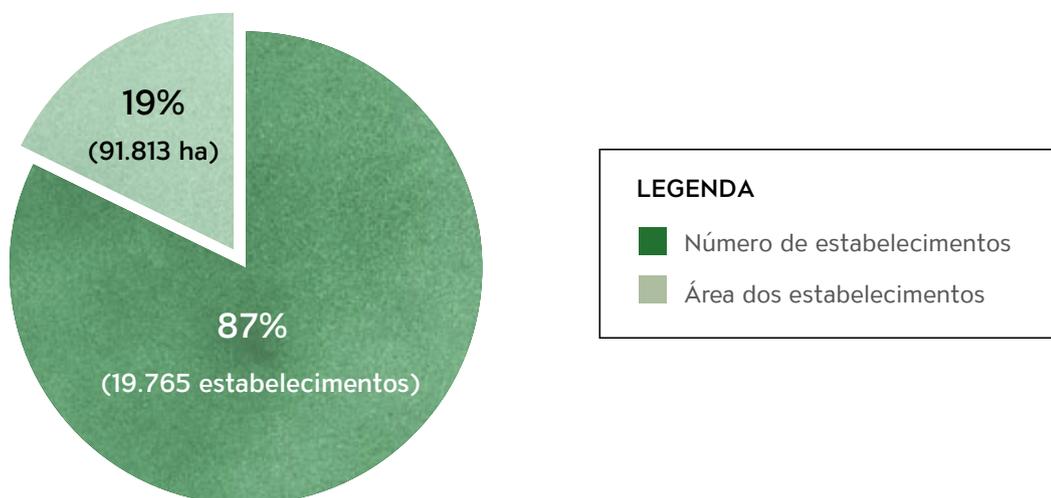
No primeiro polo, o destaque é para os setores da indústria e serviços. O complexo industrial de Suape é o centro dos investimentos, concentrando mais da metade do valor liberado nos convênios com o governo federal nos últimos 15 anos. Como consequência, o município de Ipojuca, sede do complexo de Suape, concentra 75% dos empregos formais do território.

O acesso à educação tecnológica e ao ensino superior também encontra-se concentrado: Ipojuca e Vitória de Santo Antão detêm 60% das instituições de ensino superior do território, além de dois dos três campi de institutos federais existentes. Na agricultura o foco produtivo é a qualifica-

ção do agronegócio da cana-de-açúcar, que representa 54,6% das ocupações formais no meio rural e 81% das terras agrícolas. A agricultura familiar representa 87% dos estabelecimentos do território e ocupa apenas 19% da área agrícola.

A população que começa a encher os polos urbanos provém da zona rural, que tem ficado à margem dos investimentos públicos e onde se agravam os indicadores de doenças, falta de saneamento, pobreza e concentração fundiária e de renda. Cerca de 63% das famílias do campo não possuem acesso ao sistema público de abastecimento de água e quase metade delas não efetiva nenhum tratamento à água de beber. Em contrapartida, o acesso à energia elétrica foi, sem dúvida, um avanço nos últimos anos: hoje 94% das famílias da zona rural dispõem desse serviço, devido a programas

GRÁFICO 02: AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO MATA SUL (2009-09)



Fonte: IBGE (2006), elaborado por Centro Sabiá

federais como o Luz para Todos.

Sem retirar o mérito e a importância da estratégia de desenvolvimento setorizada adotada pelos governos no território Mata Sul, é importante considerar que a renúncia ao rural e à agricultura familiar por parte da ação do Estado impõe sérias consequências a curto, médio e longo prazo, tanto para as famílias que são diretamente atingidas por esse processo de exclusão, como também para uma estratégia de desenvolvimento, ancorada em bases sustentáveis.

O desenvolvimento para poucos faz crescer as cifras e os PIBs, por um lado, ao tempo que faz crescer a miséria e a dependência econômica e social, por outro. Os passos de uma estratégia de desenvolvimento que se faça sustentável devem ser pautados pela desconcentração da terra, da riqueza, dos saberes e dos recursos, o que inclui a desconcentração dos investimentos e das políticas públicas.

O atual Codeter do território é formado de 80 entidades, 40 da sociedade civil. A coordenação é constituída de oito representações. A cada três meses o colegiado se reúne. Os participantes da oficina consideram que o Codeter Mata Sul ainda não conseguiu imprimir uma dinâmica de discussão e tomada de decisões com capacidade de propor uma política de desenvolvimento sustentável. Há a denúncia do caráter verticalizado das decisões, que ocorrem “de cima para baixo”. Também há uma crítica ao fato de as prefeituras predominarem nas reuniões do colegiado, em al-

guns casos com 90% dos participantes, em detrimento das organizações da sociedade civil, que recebem o convite para participar após a realização das reuniões.

Até o final de 2009, o Programa Territórios da Cidadania havia investido R\$ 53 milhões nesse território. As ações que obtiveram maior peso de investimentos foram as executadas a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), totalizando cerca de 60% dos recursos. Além de investimentos do MDS, outros ministérios atuaram junto ao programa: os recursos do MDA correspondem a 20%, do Ministério da Saúde (MS) a 15% e do Ministério de Minas e Energia (MME) em torno de 5%.

Os principais programas e políticas de governo são o Bolsa Família, o PRONAF e o Programa Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência. Acrescente-se o Programa Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa, o programa de Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica, por meio da Estratégia Saúde da Família do MS, e o Luz para todos.

Apesar do crescimento no volume de investimentos pelo programa Territórios da Cidadania no Território Mata Sul, as ações com incidência direta na agricultura familiar ainda são frágeis. Na verdade, identifica-se uma redução dos recursos, destacando-se os investimentos do MDA, que sofreram maior queda. Mesmo as ações do MDS, que cresceram no território, diminuíram no apoio direto à agricultura familiar, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos.

A REDE DE AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MATA SUL/PE (RAMA)

O território conta com um conjunto diversificado de experiências agroecológicas exitosas, simbolizando uma expressão de resistência ao agronegócio da cana-de-açúcar. No mapeamento de experiências realizadas no âmbito deste projeto foram identificadas, sistematizadas e mapeadas 10 experiências agroecológicas no Território da Zona da Mata Sul de Pernambuco, nos municípios de Rio Formoso, Ribeirão, Sirinhaém, Palmares.

Na Zona da Mata, os impactos da monocultura canieira têm tido como resultado ambiental o empobrecimento dos so-

los, a destruição da cobertura vegetal e o comprometimento dos recursos hídricos. As experiências agroecológicas no território nasceram como estratégia de enfrentamento a essa realidade, através de iniciativas de agricultoras, agricultores e jovens, contando com a assessoria e o apoio de organizações não governamentais, na perspectiva de transição para a agroecologia. Como resultados, as experiências apontam a recuperação de áreas e de fontes de água, a produção e consumo de alimentos saudáveis pelas famílias, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, a geração

QUADRO 03: COMPARAÇÃO ENTRE SISTEMA AGROECOLÓGICO E CONVENCIONAL DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO MATA SUL

	SISTEMA CONVENCIONAL	SISTEMA AGROECOLÓGICO
Área	7 ha	8 ha
Atividades realizadas	Cana de açúcar, banana comprida, roçado e pomar	Agrofloresta, beneficiamento de frutas, criação de galinhas, roçado de macaxeira, cana de açúcar, produção de estacas de sabiá, e lenha da mata.
Custos de produção	38% da renda bruta	11% da renda bruta
Renda líquida	72% da renda bruta	89% da renda bruta, sendo 66% proveniente da agrofloresta

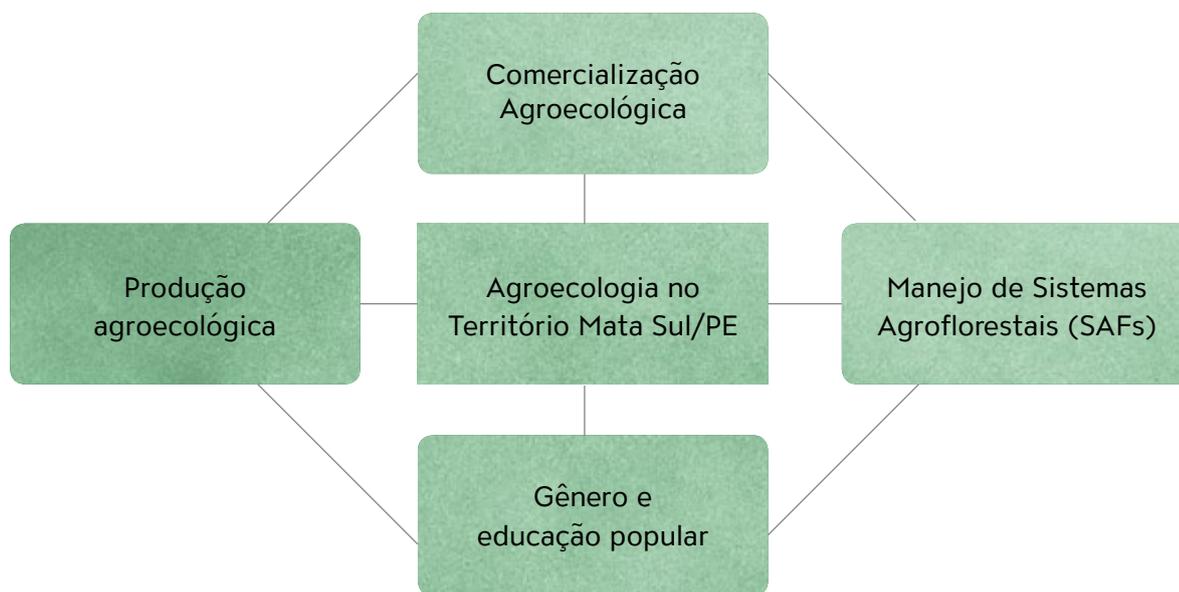
Fonte: Centro Sabiá

de renda através da comercialização agroecológica e o fortalecimento dos processos organizativos de agricultores e agricultoras. Essas experiências têm favorecido a construção de uma lógica de desenvolvimento alternativo e rompem com a dependência em relação ao cultivo da cana.

Através de um estudo realizado pelo Centro Sabiá foi possível comparar custos de produção e renda da produção agroecológica em relação à convencional. No quadro a seguir, as características das áreas em comparação, assim como os resultados encontrados, são apresentados.

Os agricultores e agricultoras agroecologistas do território estão ativamente envolvidos/as nos espaços locais de articulação política, a exemplo da Rede de Agroecologia da Mata Atlântica-RAMA, das associações comunitárias e produtivas e dos conselhos de políticas públicas. Isso significa uma importante construção de capital social, com potencial de influenciar nas políticas relacionadas à agroecologia e ao desenvolvimento sustentável. É uma característica que precisa ser potencializada.

PRINCIPAIS AÇÕES DA REDE DE AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MATA SUL/PE



POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MATA SUL/PE

(a) Produção agroecológica

O mapeamento das experiências agroecológicas apontou algumas necessidades imperativas também no campo do acesso às políticas de crédito e assistência técnica no Território Mata Sul/PE. Tanto através do volume de recursos investidos, como da avaliação direta das famílias, são visíveis as fragilidades existentes nas ações de ATER no território.

Até 2008 não houve execução do programa de ATER no território Mata Sul. Entre as causas citam-se o não credenciamento de instituições no programa e/ou sua inadiplência e dificuldades com os sistemas SINCOFIN e SICONV. Em 2009 o Programa de ATER para agricultura familiar do MDA recebeu 0,87% dos recursos investidos pelo programa Territórios da Cidadania, pouco mais de R\$ 2 milhões.

As experiências do campo agroecológico têm sido assessoradas por organizações não governamentais. A assistência técnica oficial ainda não se consolidou como uma realidade no cotidiano das famílias. Algumas já dispuseram dos serviços de ATER ou ATES em suas unidades produtivas, porém de forma muito irregular e/ou pontual, apenas na aplicação de determinado crédito ou projeto, ações sem maiores impactos.

A principal forma de acesso ao crédito no território tem sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, através do financiamento de projetos individuais ou coletivos junto a agricultores/as familiares. Outra importante forma de acesso ao crédito agrícola são os projetos de custeio ou investimento em áreas de assentamento. Em 2009 a aplicação de recursos do Pronaf chegou a R\$ 32 milhões.

No entanto, apenas uma parte dos/as agricultores/as envolvidos/as no mapeamento de experiências agroecológicas acessou o Pronaf. Apesar de importante, esse programa vem se efetivando de forma muito pontual entre os agricultores ecologistas.

(b) Comercialização Agroecológica

A comercialização de produtos agroecológicos em canais alternativos é uma das principais características da rede de agroecologia no Território Mata Sul. É realizada nas comunidades entre vizinhos, nas feiras agroecológicas, nas feiras tradicionais e através de políticas públicas ou programas de apoio à comercialização. Neste aspecto as famílias têm recebido importante apoio técnico por parte de organizações não governamentais (ONGS) que atuam na região, em especial o Centro Sabiá, e de projetos via cooperação internacional.



Feiras de produtos agroecológicos no Território Mata Sul
(Fotos: Centro Sabiá)



Até o ano de 2010 a comercialização era realizada em três locais: Feira de Produtores/as Agroecológicos de Sirinhaém- FEPAS, a Feira da Agricultura familiar de Rio Formoso e a Feira Agroecológica da Mata Sul, em Palmares. Atualmente apenas duas estão funcionando, pois a Feira de Rio Formoso teve sua estrutura destruída pelas chuvas e inundações de 2010. Além disso, o acesso das famílias à feira ficou comprometido devido à destruição de pontes existentes nas vias de acesso à cidade, que ainda não foram recuperadas.

Informações coletadas pelos técnicos/as do Centro Sabiá apontam que a comercialização nas feiras agroecológicas tem gerado uma renda média equivalente a quatro salários mínimos por família/mês. Essa capacidade de geração de renda, com baixos custos de produção, aliada à possibilidade de consumo de uma alimentação saudável e diversificada, são elementos que contribuem de forma significativa para o fortalecimento das experiências agroecológicas no território.

Não obstante, os processos de comercialização agroecológica na Zona da Mata são permeados por desafios que exigem respostas urgentes do poder público, e um deles é a questão do transporte. O mapeamento de experiências identifica que o escoamento dos produtos até os locais das feiras tem sido um dos principais fatores limitantes do

processo de comercialização. Embora algumas famílias disponham de auxílio pontual da prefeitura para o custeio dos deslocamentos, as más condições das estradas de acesso às comunidades, especialmente durante o período chuvoso, encarece bastante o transporte de produtos, desestimulando algumas famílias a permanecerem nas feiras.

Nesse Território, diferente do que ocorre na Serra Catarinense, a comercialização de produtos agroecológicos para programas governamentais é quase inexistente. O PAA começou a ser executado na Mata Sul em 2008. Embora seja possível identificar um crescimento do PAA, em termos de recursos investidos, no período de 2008 a 2011, o número de famílias e de organizações de agricultores que acessam o programa ainda é bastante reduzido. De acordo com informações da Conab, até 2011 apenas cinco associações, de cinco municípios diferentes acessaram o programa. Em 2011, a soma das propostas chegou perto de R\$ 530 mil para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Os contratos do PAA no território deram-se no município de Palmares, através da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais da Mata Sul - Cooperasul e da Associação de Desenvolvimento Agroindustrial de Serro Azul.

Já o PNAE começou a ser acessado em 2011 por algumas famílias envolvidas no mapeamento. Os cardápios elaborados pelas nutricionais nas escolas e sua não ade-

quação à cultura de consumo e de produção local foram apresentados como fatores limitantes.

(c) Manejo de Sistema Agroflorestais – SAFs

Outro elemento importante no Território Mata Sul é a existência de Sistemas Agroflorestais (SAFs), identificados pelo IBGE, no último censo agropecuário, como área mista, cultivada com espécies florestais e também usada para lavouras e pastejo por animais.

Os SAFs estão presentes em 281 estabelecimentos, o que equivale a 1,2% dos estabelecimentos agropecuários do território. Ao todo, abrangem uma área de 1.357 hectares, ou 0,28% da área agrícola da região. Comparativamente ao estado de Pernambuco, o território engloba apenas 1,7% dos estabelecimentos com SAFs.

Entre os municípios que mais se destacam em número de estabelecimentos com SAFs estão Quipapá (com 12% do total de estabelecimentos com SAFs); Água Preta (12%), Amaraji (11%) e Chã Grande (10%).

Em relação à área cultivada com SAFs o município de Vitória de Santo Antão é o principal produtor, com 18% da área do município ocupada por SAFs. A seguir encontram-se os municípios de Quipapá, com 11%, Pombos, Água Preta e São Benedito do Sul, cada um com 8% da área cultivada com SAFs.

QUADRO 04: PRESENÇA DE SAFS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO MATA SUL (PE)

MUNICÍPIO	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA
Água Preta	35	102
Amaraji	31	96
Barreiros	1	
Belém de Maria	19	43
Catende	2	
Chá Grande	28	98
Cortês	3	5
Escada	4	64
Gameleira	3	6
Ipojuca	4	98
Jaqueira	1	
Joaquim Nabuco	4	21
Marajal	2	
Palmares	4	85
Pombos	14	105
Primavera	6	50
Quipapá	47	153
Ribeirão	3	12
Rio Formoso	3	4
São Benedito do Sul	5	113
São José do campo Grande	2	
Sirinhaém	17	32
Tamandaré	16	31
Vitória de Santo Antão	26	239
Xexéu	1	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, elaborado por CENTRO SABIÁ

(d) Gênero e educação popular

O conjunto das experiências mapeadas permitiu a identificação de várias iniciativas protagonizadas por mulheres agricultoras. Um dado importante é a presença de 37,5% de mulheres comercializando nas feiras agroecológica do território. Também precisa ser destacada a participação ativa das mulheres em entidades como as associações e conselhos políticos. Em algumas delas as mulheres ocupam cargos de direção. A RAMA (Rede de Agroecologia da Mata Sul), por exemplo, é uma rede que

conta com a forte presença de mulheres nas ações e atividades desenvolvidas, assim como na coordenação dos processos.

No que se refere à participação dos jovens a realidade é bastante diferenciada. Do conjunto das experiências mapeadas, em apenas uma foi possível identificar a presença e ação constante de jovens à frente dos trabalhos com agroecologia. No que se refere às ações de comercialização, também identificamos uma baixa participação de jovens: do total de agricultores que comercializam nas feiras, apenas 6,2% são jovens.

DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MATA SUL

Apesar dos avanços no campo das políticas para a agricultura familiar nos últimos anos, que refletem conquistas importantes da luta e organização de agricultores/as familiares, a realidade no território reflete uma situação permeada por muitos desafios. Através do mapeamento das experiências agroecológicas, as famílias agricultoras no Território Zona da Mata Sul registram muitas dificuldades no acesso às políticas públicas, grande parte delas relacionadas à burocracia e ausência de informações.

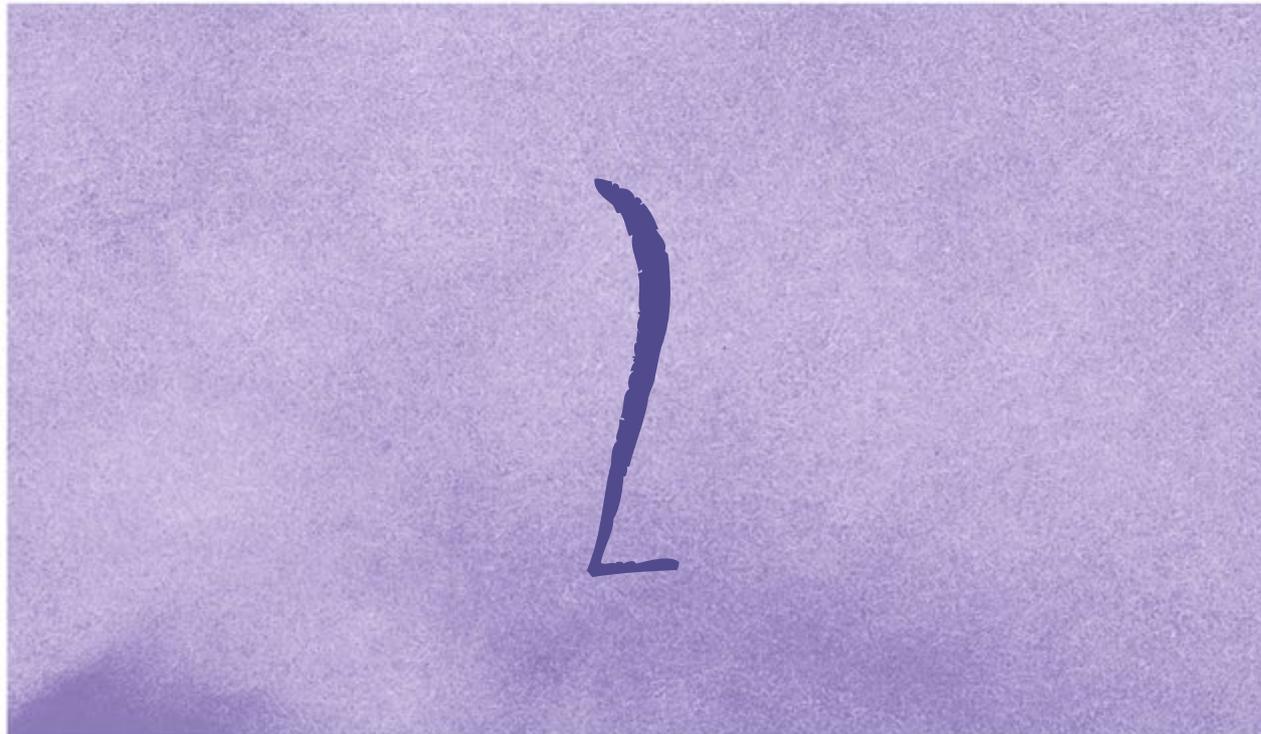
Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Conforme já dito, em-

bora seja possível identificar um crescimento dos recursos investidos pelo programa, o número de famílias e de organizações de agricultores que o acessam ainda é bastante reduzido.

Durante o Seminário Territorial sobre o Mapeamento de Experiências Agroecológicas da Zona da Mata Sul, realizado outubro de 2011, as famílias de agricultores agroecologistas apresentaram algumas propostas para promover uma maior sintonia entre a construção da rede agroecológica (RAMA) e as políticas públicas no território da Zona da Mata Sul:

PROPOSTAS DO SEMINÁRIO TERRITORIAL SOBRE O MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DA ZONA DA MATA SUL

- ▲ Garantia de assistência técnica qualificada que atenda as necessidades da agricultura familiar
- ▲ Organização de espaços de comercialização de produtos agroecológicos nas feiras tradicionais e/ou implantação de feiras agroecológicas
- ▲ Melhoria das estradas para o escoamento da produção: construção de pontes e recuperação estradas
- ▲ Apoio ao transporte de mercadorias das unidades produtivas até os pontos de comercialização
- ▲ Adoção de mecanismos para redução da burocracia no acesso às políticas
- ▲ Construção de uma estratégia para agilizar e facilitar o acesso à DAP individual e à DAP jurídica em larga escala junto às famílias no território
- ▲ Melhorar o acesso às informações sobre as políticas para agricultura familiar
- ▲ Melhorar as formas de acesso dos filhos de agricultores às escolas agrícolas/EFAS
- ▲ Inserção dos alunos do Instituto Federal de Barreiros, em estágios na agricultura familiar
- ▲ Adotar estratégias para dar mais visibilidade aos produtos da agricultura familiar
- ▲ Apoiar as iniciativas no campo da recuperação ambiental e da biodiversidade da Mata Atlântica no Território, protagonizadas pelas famílias agricultoras
- ▲ No que se refere ao PNAE sugere-se a adequação dos cardápios das escolas à realidade da produção local
- ▲ Outros fatores limitantes ao acesso a essas políticas têm relação com as gestões municipais e necessidade de maior domínio das prefeituras no que se refere à operacionalização desses programas



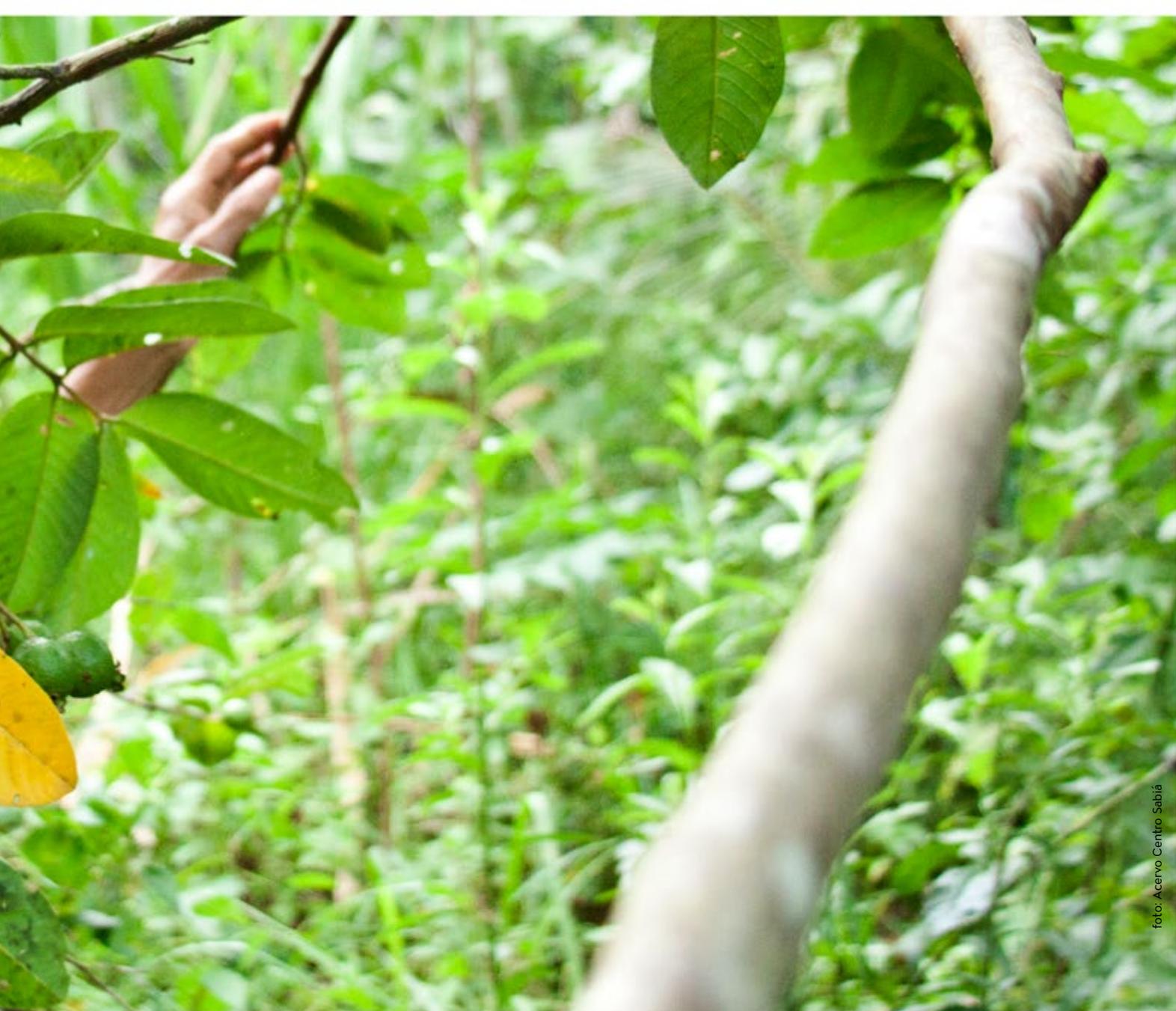


foto: Acervo Centro Sabiá

O USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL
NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
DA AGROECOLOGIA

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais do campo e das cidades estão se renovando e atualizando suas práticas para se reposicionarem frente aos novos tipos de ofensiva do capital. Nesse contexto político, a utilização de mapas como instrumento de identificação e visualização de experiências de resistência e proposição de alternativas no mundo rural é um fenômeno que assume importância crescente. As novas ferramentas de construção de mapas têm permitido, pelo mundo afora, visualizar as mais variadas formas de luta por autonomia, construindo um rico acervo de experiências.

No Brasil, algumas das organizações do campo popular já acumulam importantes experiências de construção e utilização de mapas. Um exemplo importante foi o processo preparatório do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), que contou com um amplo processo de identificação de experiências, realizado através de mutirões em várias regiões do país, que possibilitou a construção do Mapa das Expressões da Agroecologia no Brasil, – um importante instrumento pedagógico que propiciou visualizar o avanço da agroecologia no país, apresentando a localização das experiências, sua amplitude, sua diversidade sociocultural e ambiental, bem como os produtos da agroecologia.

Outros exemplos de mapas que têm cumprido um importante papel pedagógico junto a diversos setores da sociedade são o sistema Agroecologia em Rede, resultado de iniciativa da AS-PTA junto a um conjunto de organizações do Nordeste, que posteriormente foi estendida para o conjunto da ANA, o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Resultado de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fiocruz e pela Fase, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde em articulação com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, o Mapa Interativo de Projetos Apoiados pelo BNDES, elaborado pela Plataforma BNDES, e o Atlas da Economia Solidária no Brasil, organizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, são outros exemplos.

A elaboração da proposta metodológica da cartografia social foi desenvolvida em diálogo com este conjunto de experiências de utilização de mapas em curso no país. No âmbito deste projeto, realizou-se uma oficina para troca de experiências sobre o uso da cartografia social como instrumento de produção e socialização de conhecimentos. Participaram desta oficina representantes de organizações agroecológicas integrantes da ANA, além de representantes de redes e fóruns no contexto de preparação do Encontro de Diálogos e Convergências. A troca de experiências se deu a partir das seguintes propostas de cartografia social: Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde; Farejador da Economia Solidária; Mapa Interativo de Projetos Apoiados pelo BNDES e Agroecologia em Rede.



Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil



- Principal
- ACESSO AOS MAPAS**
- Buscar por palavra-chave
- Buscar por UF
- PARTICIPE**
- Fale conosco
- Outros links úteis
- SOBRE O PROJETO**
- Metodologia
- Resumo dos resultados
- Equipe



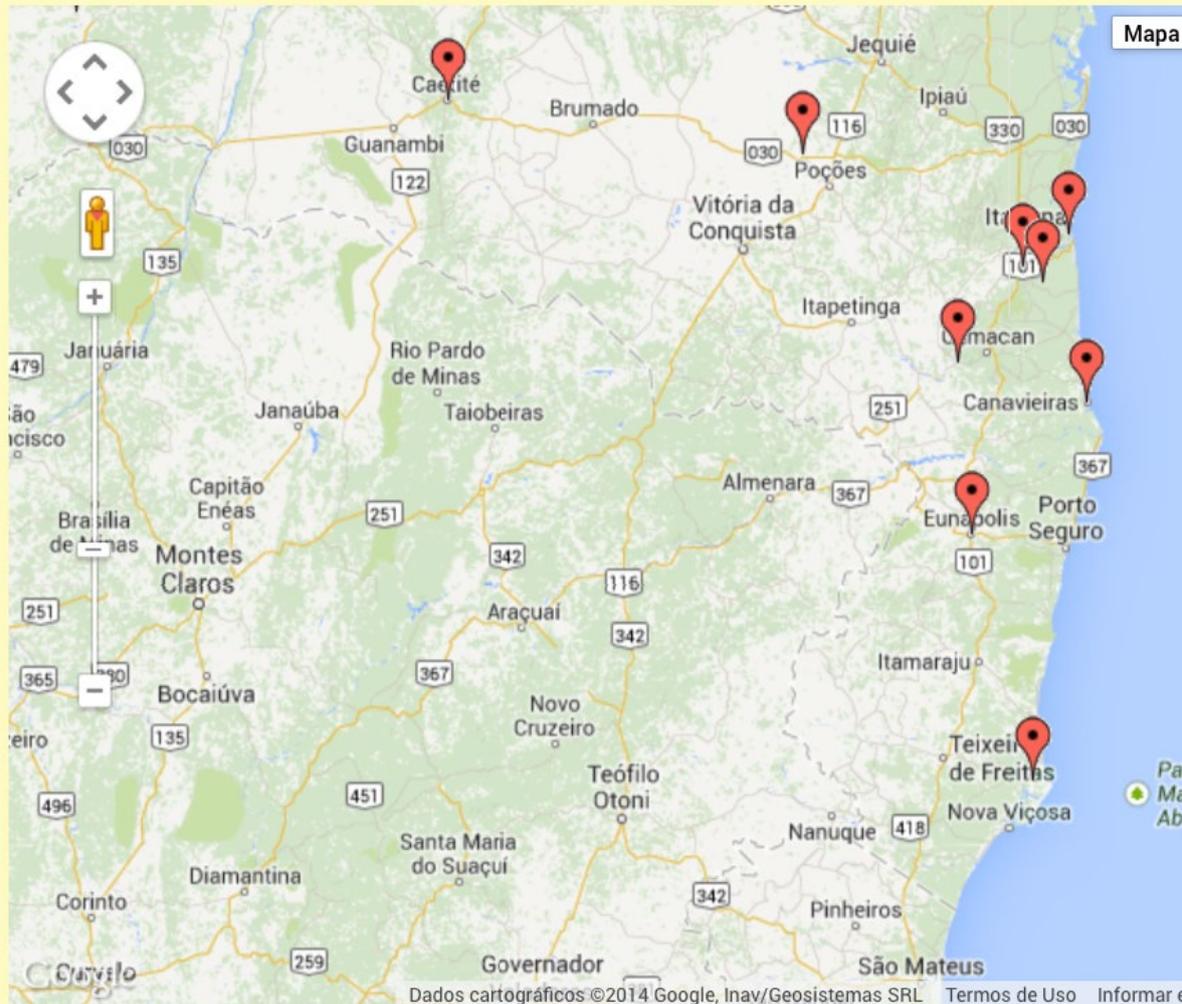
ESCREVA UMA PALAVRA CHAVE:

agrotóxico AJUDA

Consultar a frase Consultar por palavras

Consultar...

* Clique nos ícones do mapa para obter maiores informações sobre o conflito.



O MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL

www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br

O Mapa resulta de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fiocruz e pela Fase, ONG que sediou, durante alguns anos, a secretaria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Seu objetivo central é, a partir de um mapeamento inicial, socializar e apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde.

A sua primeira versão, feita em 2006, teve por base dados do Ministério Público. A nova versão, lançada em 2010, resgatou dessa experiência piloto o protagonismo das comunidades, a partir das denúncias que circulam nas redes. As denúncias foram investigadas, sistematizadas, validadas por atores locais e então postas no site.

Já há 297 casos de conflitos registrados, outros 40 casos prontos para serem cadastrados e mais 60 em fase de pesquisa. Dos 297 conflitos já cadastrados, 227 envolvem disputa por terra e território. Hoje a maioria dos casos refere-se ao meio rural. Trata-se de instrumento de denúncia e de monitoramento, capaz de divulgar ou negar informações. Mas a ideia central do mapa é o protagonismo das populações vítimas dos conflitos.

O Mapa tem excelente receptividade, o que tem levado seus organizadores a serem chamados em diversos locais do país para divulgação e discussão dos casos apresentados. Estão acontecendo muitas oficinas com a participação das comunidades que ganharam visibilidade através do mapa, o que demonstra a capacidade desse tipo de ferramenta em empoderar e mobilizar as populações vítimas de conflitos.

Mas o Mapa tem sido objeto de atenção e debate também junto a outros atores e parceiros estratégicos, como organizações de direitos humanos, organizações de advogados populares e até mesmo com a Defensoria Pública e o Ministério Público. A ideia é que em cada estado haja um núcleo que se apossa do Mapa e faça dele o “seu” mapa específico.

O MAPA INTERATIVO DE PROJETOS APOIADOS PELO BNDES

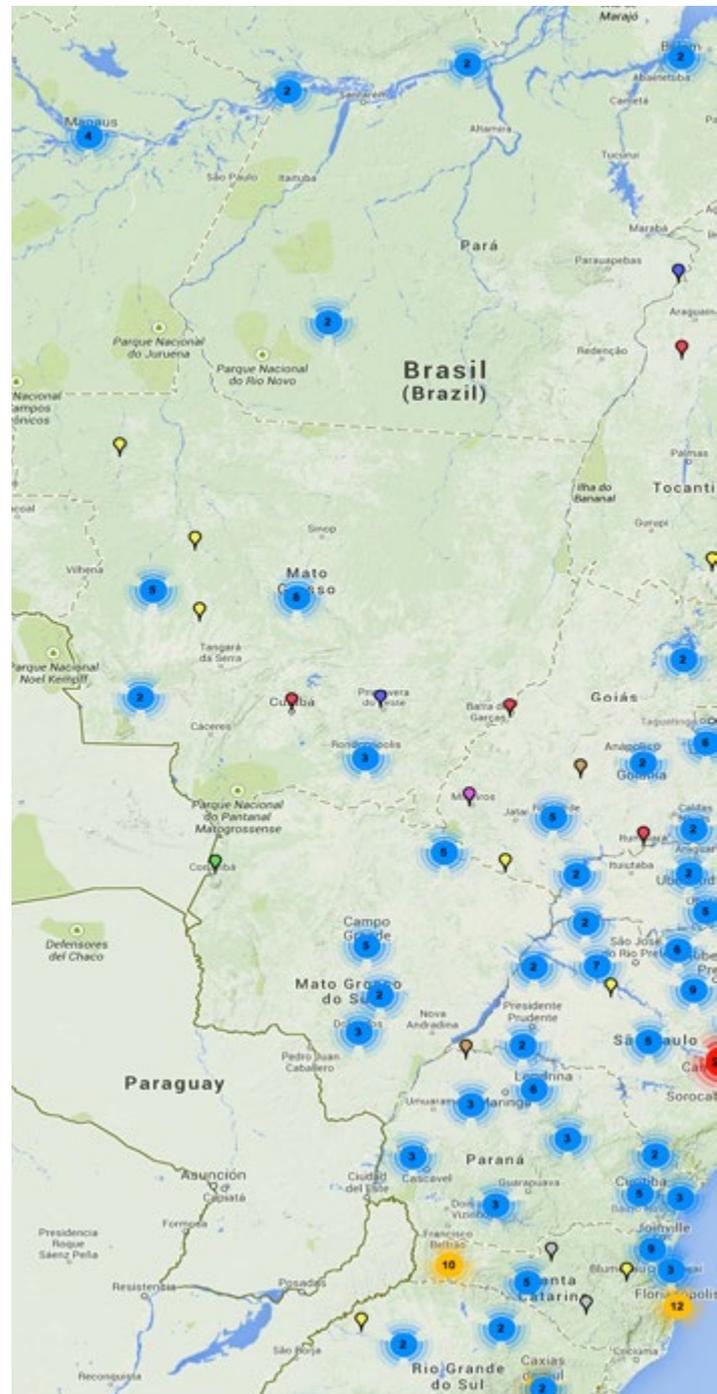
<http://www.plataformabndes.org.br/mapas>

O IBASE (um dos autores da iniciativa) já tinha uma tradição de investigar dados sobre o orçamento e os gastos públicos e, a partir daí, analisar as políticas implementadas por diferentes governos. Começou a chamar a atenção dos pesquisadores o grande volume de recursos públicos que são gastos, mas que não estão sujeitos ao controle fiscal, pois não estão dentro dos ministérios, ou seja, não passam por processos de controle social. Destes casos, o mais emblemático é o do BNDES, que mobiliza um montante enorme de recursos (que aumentaram muito nos últimos anos, sobretudo no governo Lula).

Em 2007, foi criada a Plataforma BNDES, iniciativa que envolveu um grupo significativo de organizações e movimentos sociais. Ela surgiu, antes de tudo, para a obtenção de informações da agenda de financiamentos dos bancos públicos. Não havia nenhuma informação sobre quantidade, nem sobre para quem e para onde iam os recursos. Suas primeiras ações foram no sentido de politizar a questão da transparência e pedir a informações para o Banco, buscando saber como o dinheiro é gasto. A plataforma defende que os critérios de financiamento do banco também sejam explícitos, pois não estão escritos em nenhum lugar e há claro favorecimento ao financiamento de determinadas empresas.

Além disso, o Banco só trabalha na dimensão “mega” e os critérios socioambientais, por exemplo, praticamente inexistem.

A partir de 2009, com os debates travados em uma oficina realizada no Fórum Social





Farejador da Economia Solidária



Referência:

Estado:

Formato do resultado:

No mapa

Em lista (tabela)

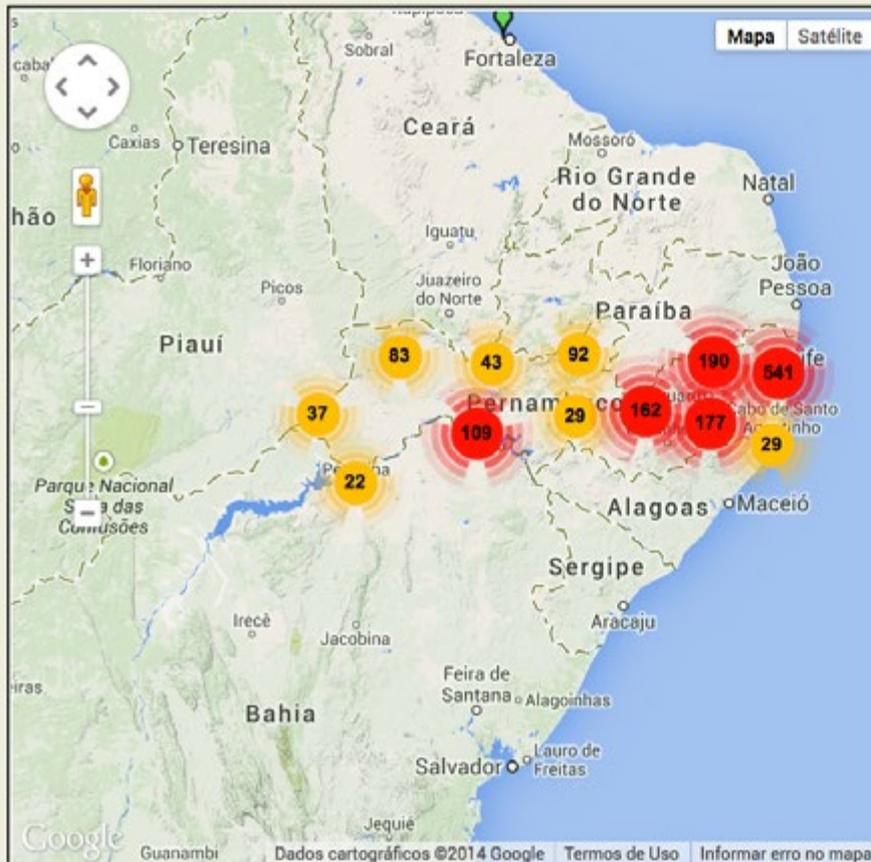
Farejar!

1520 empreendimentos solidários encontrados: Pernambuco

Gerar catálogo tipo páginas amarelas desta consulta!

Não consegue abrir o catálogo? [Clique aqui para ajuda...](#)

[+] Fazer nova busca



Empreendimentos ordenados por nome

Associação artesanal e cultural de abreu e lima

Cidade: Abreu e Lima / PE

Produtos/Serviços oferecidos:

Artesanato em palito, Bolsa de pano, Colar de corrente e missanga

Insumos:

Cola para biscuit, Vagonite, Tecido de algodão

Tel(s): 81-35416136

E-mail(s): associacaoartesanal@bol.com.br

Endereço: Rua 44, 16

CEP: 53545-090

[corrigir dados!](#)

Associação de moradores e produtores rurais de inhamã

Cidade: Abreu e Lima / PE

Produtos/Serviços oferecidos:

Coco, Macaxeira, Inhame

Insumos:

Serviços agrícolas, Sementes

Tel(s): 81-35414258

Endereço: Av. São João Batista

CEP: 53510-660

[corrigir dados!](#)

Centro de medicina popular de abreu e lima

O FAREJADOR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

<http://www.fbes.org.br/farejador>

A construção do Farejador da Economia Solidária foi o primeiro passo no sentido de tentar organizar as redes e cadeias de produção e consumo solidários. A ferramenta é fruto de um longo processo de mapeamento e divulgação de informações. Ela se tornou possível por meio de um projeto em parceria com a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do qual foi feito um primeiro mapeamento de milhares de iniciativas (há 22 mil empreendimentos identificados).

O mapa mostra não só os produtos e serviços ofertados em cada empreendimento, mas também os produtos por ele consumidos (por exemplo, uma associação de fabricação de biscoito artesanal vende produtos de biscoito, mas compra cola, farinha e tinta). Com isso favorece-se a criação de verdadeiras cadeias de comércio solidário.

O mapa também pode gerar catálogos a partir de buscas por diferentes filtros, à semelhança do catálogo de Páginas Amarelas, em versão para impressão, contendo os telefones e emails da lista de empreendimentos gerada.

Depois do Farejador foi criado o Cirandas da Economia Solidária, um portal que permite a criação de sites individuais para os empreendimentos, no qual pode ser apre-

sentado o trabalho, uma vitrine de produtos ou serviços e fazer contatos, articulando os diferentes empreendimentos solidários. O Cirandas permite, ainda, a criação de comunidades virtuais (à semelhança do Orkut), bem como ferramentas que possibilitem, por exemplo, localizar potencialidades de logística solidária entre empreendimentos.

A primeira porta de entrada no sistema foi o mapeamento das 22 mil iniciativas feito em conjunto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. A segunda porta, ainda em construção, são os processos regionais conduzidos pelas articulações locais.

Os critérios para que um empreendimento seja considerado como de Economia Solidária constam no relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

Em breve a ferramenta vai contar ainda com um espaço de denúncia, no qual poderão ser apontados empreendimentos que não sejam de fato de Economia Solidária. Quando acontecer uma denúncia, deverá ser iniciado um debate no próprio site a respeito do caso.

O AGROECOLOGIA EM REDE

www.agroecologiaemrede.org.br

A ideia do mapeamento de experiências em agroecologia é antiga. A iniciativa de desenvolver uma ferramenta que permitisse a visualização de experiências teve início no começo da década de 2000, a partir de uma iniciativa idealizada pela AS-PTA e construída em conjunto com um grupo de ONGs do Nordeste, articuladas em torno de um projeto para favorecer intercâmbios entre agricultores. Este projeto contou com um grande esforço de sistematização, de produção de boletins etc., e logo percebeu-se a importância de tornar esse acervo acessível a um público mais amplo, favorecendo o aprendizado pela troca.

Assim nasceu o Agroecologia em Rede: a partir da matéria prima produzida por essas entidades. O sistema foi desde o início projetado de modo a permitir a ampliação para uma dimensão nacional. No entanto, devido a sua origem, o maior número de experiências cadastradas é ainda do Nordeste.

O processo de construção do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA, realizado em 2006), cuja proposta era de debater a partir do que aportavam as experiências, contou com um grande mutirão nacional de identificação de experiências temáticas que se reconheciam como agroecológicas. Este conjunto de experiências identificadas gerou o Mapa Nacional das Expressões da Agroecologia, no qual as experiências

Agroecologia em Rede

Início | **Consultar...**

Experiências

Localização ->

Identities ->

Áreas temáticas ->

Situação ->

Contém texto:

Formato do resultado

Mapa Lista

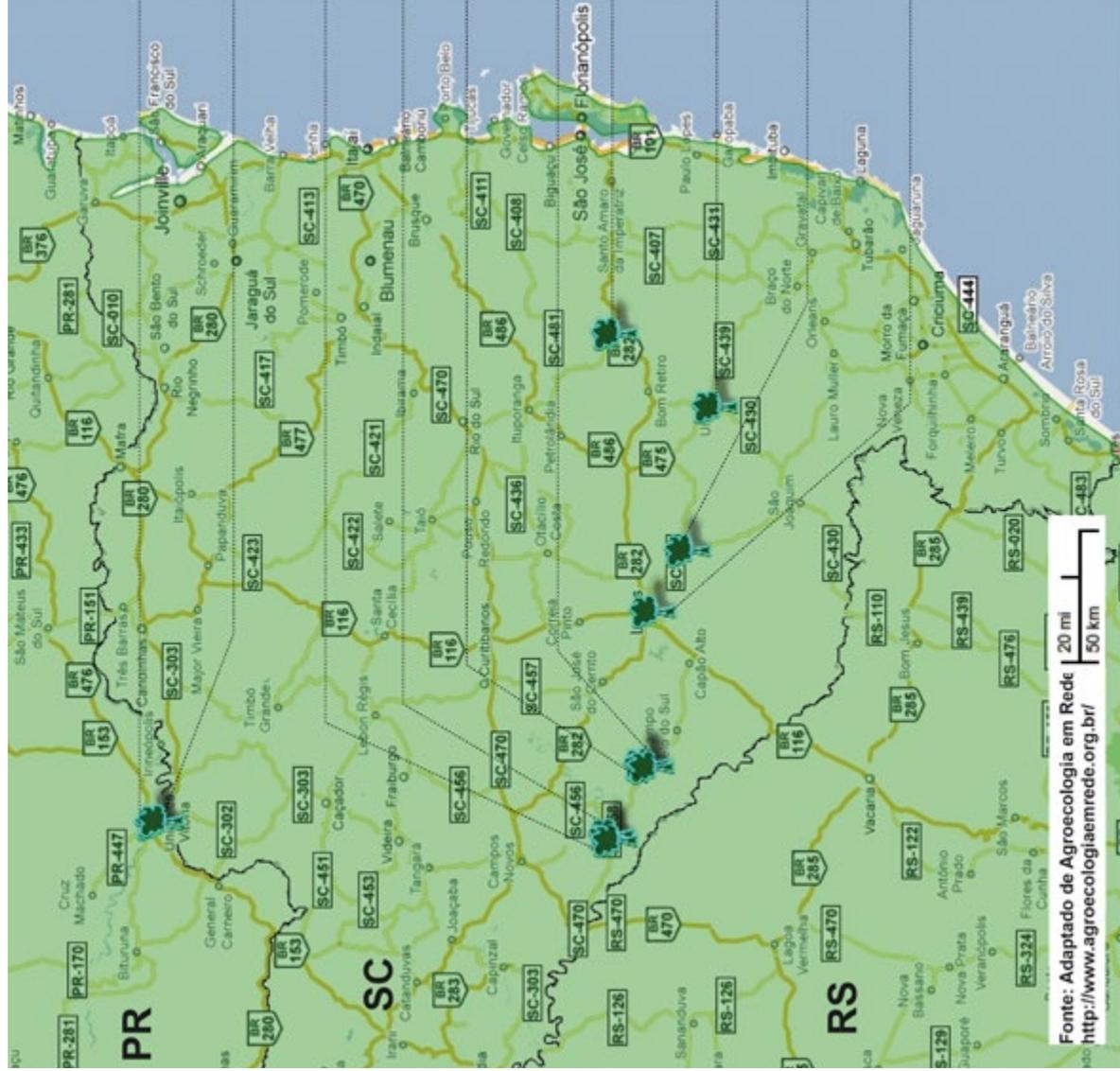
Camadas ->

foram classificadas segundo os grandes temas que organizaram o ENA.

É importante observar que a “experiência de agroecologia” para a ANA, inclui o aprendizado técnico e o significado político.

A experiência foi muito bem sucedida e, a partir de então, se passou a pensar em como valorizar o banco de dados que já existia naquele momento. O Agroecologia em Rede tem trabalhado com dois conceitos: o de experiência identificada, que traz informações sobre sua localização, temática, protagonistas etc., além de um pequeno resumo sobre do que se trata; e o de experiência sistematizada, quando, além da identificação, estão disponíveis documentos mais elaborados, que analisam criticamente a experiência.

MAPA DE EXPERIÊNCIAS DO PLANALTO SERRANO DE SANTA CATARINA (DISTRIBUIÇÃO DAS 10 EXPERIÊNCIAS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA)



A INCORPORAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL NAS PROPOSTAS DE SISTEMATIZAÇÃO E MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

A partir dessas diferentes iniciativas de cartografia social, a ANA, em parceria com a Rede de Justiça Ambiental e o Fórum de Economia Solidária, investiu na construção de um intermapas como um instrumento pedagógico para mostrar as disputas existentes nos territórios em torno das redes de agroecologia. Essa perspectiva esteve na base da construção do Encontro de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar e Economia Solidária, realizado dos dias 26 a 29 de setembro de 2011, em Salvador. O Encontro foi uma iniciativa de um conjunto de organizações da sociedade civil brasileira⁵ que, a partir da leitura comum a respeito da crise civilizatória em que vivemos, incluídas aí as crises econômica, socioambiental, energética e alimentar, e dos problemas concernentes ao modelo de desenvolvimento hoje dominante no país, perceberam a necessidade política de contribuir para a reversão da fragmentação do campo democrático e popular que existe no Brasil e construir novas convergências.

A construção do intermapas para o Encontro de Diálogos e Convergências se deu a partir do mapeamento e sistematização de três territórios⁶, dentre os quais o território Planalto Serrano de Santa Catarina. Esses territórios foram selecionados por apresentarem acúmulos de experiências em agroecologia, reflexões já amadurecidas e grande número de famílias envolvidas. Outro critério foi a existência de convergências entre o enfoque agroecológico e as temáticas de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde ambiental e saúde coletiva, economia solidária e feminismo. A convergência de temas possibilita que diversos “olhares” possam ser exercitados a respeito desses territórios.

5 Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

6 Agreste da Paraíba; Planalto Serrano de Santa Catarina e Norte de Minas Gerais.

No âmbito do Planalto Serrano de Santa Catarina, dez experiências foram identificadas, sistematizadas e inseridas no Agroecologia em Rede, resultando também na produção de um mapa (figura a seguir). Estas experiências foram objeto de reflexão a partir de diferentes olhares temáticos na oficina de diálogos e convergências do Planalto Serrano de Santa Catarina. Reuniram-se representantes de redes e fóruns de outras regiões para dialogar sobre a trajetória e temáticas de trabalho naquele território e contribuir na discussão proposta⁷.

A elaboração do intermapas foi um produtivo exercício de avaliação sobre o processo de disputa do território e sobre como a experiência coletiva da Rede de Agroecologia se constituiu num campo de diálogo entre diferentes organizações e redes que atuam no enfrentamento ao agronegócio e promoção da agricultura familiar de base agroecológica.

A inovação do diálogo com as representações das várias redes, fóruns e movimentos sociais e o uso da cartografia como instrumento pedagógico mostrou o quan-

to esse exercício pode contribuir com o diagnóstico, apontando lacunas de análise, e também reforçar campos de ação política ou acenar para novas possibilidades de alianças entre organizações sociais e redes.

Conhecer a proposta do mapa da injustiça ambiental e saúde estimulou o debate e mobilizou as organizações a relatarem situações de conflitos, alimentando simultaneamente a perspectiva de inserir informações no mapa e estreitar interação com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

No caso do Território Serra Catarinense os principais conflitos mapeados referem-se à construção de grandes hidrelétricas (UHE) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e a monocultura do *Pinus_elliottii*.

A construção de hidrelétricas é uma realidade que vem alterando o mapa da ocupação territorial. As UHE e PCH são consideradas uma ameaça importante no processo de ocupação da terra na região serrana, bem como têm contribuído na desagregação de dezenas de comunidades rurais.

A primeira grande usina hidrelétrica construída foi a UHE Barra Grande, sediada entre

7 A Oficina em Santa Catarina contou a participação de representantes das organizações locais dos agricultores e da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense, bem como representantes das seguintes redes e fóruns: ANA; FBSSAN (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional); RBJA – (Rede Brasileira de Justiça Ambiental); Fóruns Brasileiro e Catarinense de Economia Solidária; Movimento de Mulheres Camponesas, bem como gestores de órgãos públicos da região.

os municípios de Anita Garibaldi, em Santa Catarina, e Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul. O lago da UHE inundou 2.077,46 ha de floresta primária, ocasionando um dano ambiental e atingindo 1.520 famílias. Para compensar a inundação, a BAESA assinou um Termo de Ajuste de Conduta com várias institui es e está adquirindo 4.235 ha de florestas com araucária em áreas indicadas pelo Ibama. Outra UHE foi construída pela empresa Enercam também no leito do Rio Pelotas. Essa UHE inundou 40km² de área e atingiu 759 famílias.

Além dessas duas usinas, há um planejamento de constru o de mais três unidades de grande porte ao longo do Rio Pelotas (Paiquerê, Garibaldi e São Roque) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no território. Algumas delas já estão sendo implantadas e outras estão em fase de projeto.

A monocultura do *Pinus elliotis*   outra importante ameaça às comunidades rurais e   ocupa o do território. A  rea plantada com pinus   de 285 mil ha, sendo que 54% do total estão localizados no município de Otacílio Costa.

A ocupa o de áreas que outrora abrigavam comunidades rurais e que atualmente estão tomadas por maciços de refloresta-

mento de pinus   uma realidade que coloca em risco a manuten o e desenvolvimento de atividades de produ o de alimentos, bem como a sobrevivência das comunidades de agricultores familiares, além de desestruturar as experiências agroecológicas. O caso mais agudo   do município de Otacílio Costa, porém a situa o se repete nos demais municípios do território, em menor grau de intensidade. Segundo dados da Sindimadeira de 2006, 60% da economia da Serra Catarinense está baseada no setor madeireiro. São 700 empresas nesse setor que geram 6.000 empregos diretos e cerca de 27.000 indiretos.

A experiência de uso da cartografia social no estudo dos territórios resultou, no caso da Serra Catarinense, num estímulo para maior investimento das organiza es locais em uma análise mais profunda sobre os conflitos relacionados aos impactos das barragens e dos monocultivos de *Pinus_elliottii*.

}

A CONSTRUÇÃO e
NEGOCIAÇÃO de
políticas setoriais





Foto: Acervo Centro Sabiá

3.1 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE SOB A ÓTICA DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A comercialização de alimentos agroecológicos é uma estratégia que há alguns anos vem sendo promovida pelas entidades e grupos de agricultores que fazem parte da ANA. As feiras de alimentos agroecológicos foram as primeiras práticas de comercialização promovidas e, em muitos casos, ainda se constituem como o principal canal de venda utilizado pelas famílias. Mais recentemente, outros canais passam a compor as estratégias de comercialização, entre as quais as compras públicas através de programas específicos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No âmbito da ANA, o Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar (GTS-SA) se constitui no espaço articulador fundamental para a análise de políticas e troca de experiências sobre a construção social de mercados e seu papel estratégico para a soberania alimentar. Essa interface entre SAN e mercados se expressa na segunda

diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁸ (PNSAN): Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos, construída de forma participativa a partir do diálogo entre a sociedade civil e órgãos de governo, promovida pelo Consea.

Apesar de estabelecida na PNSAN, a efetiva implementação dessa diretriz ainda se constitui como um dos principais desafios, uma vez que requer uma transição para um modelo sustentável de produção de alimentos de base agroecológica. A ausência de uma política de Estado voltada para o abastecimento alimentar na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional e a incipiência das iniciativas governamentais de fomento à agroecologia tornam esse quadro ainda mais desafiador.

Com o objetivo de incidir sobre a PNSAN a partir do diálogo com as experiências

⁸ As demais diretrizes são: I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável; III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação; IV - promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária; V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde; VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente; VII - apoio a iniciativas de promoção da SSAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; VIII - monitoramento da realização do DHAA.

concretas de construção social dos mercados desenvolvida por diversas organizações do campo agroecológico no Brasil e de aprofundar a inter-relação da soberania e segurança alimentar com os espaços de comercialização é que o GT SSA propôs o projeto “Biodiversidade, Alimento e Cultura: a construção de experiências e políticas públicas para a comercialização e o abastecimento de produtos da agrobiodiversidade local”, coordenado pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SA-SOP) e apoiado pelo PDA.

Neste texto apresentamos as principais conclusões e recomendações elaboradas a partir da sistematização de três experiências no Nordeste e Sul do país e dos debates e reflexões do Seminário Nacional “Políticas Públicas na promoção Soberania e Segurança Alimentar através da construção de mercados diferenciados na agroecologia”. É importante ressaltar que os aspectos destacados nas experiências referem-se a um contexto temporal, que compreende os anos de 2009 e 2010.

Em síntese, as ações desenvolvidas pelo projeto foram: i) identificação e sistematização de três experiências de manejo sustentável da Mata Atlântica (e áreas de transição); ii) realização de um processo de formação e intercâmbio de experiências; iii) construção de propostas de qualificação e aprimoramento de políticas (PAA e PNAE); iv) ações de articulação e incidência nos

espaços de formulação e monitoramento de políticas públicas.

A metodologia de sistematização e formação, construída em rede pelo GT, envolveu os seguintes passos:

1 - Elaboração de um roteiro de sistematização abordando quatro aspectos: a) contextualização da experiência; características atuais, desafios e interfaces no processo de construção social dos canais de comercialização; b) relação com governos e políticas públicas; c) relações sociais de gênero; d) dinâmica organizativa e parcerias:

2 - Mapeamento e seleção de três experiências – ECOTERRA (RS); AGROFLOR (PE) e ASSEMA (MA).

3 - Realização de oficinas de sistematização. Foram utilizadas algumas técnicas para a sistematização – linha do tempo, fluxograma de comercialização e diagrama de Vemm⁹;

4 - Realização de duas visitas de intercâmbio (Camamu-BA e Passo Fundo/Erechim-RS).

5 - Elaboração de documento síntese para subsidiar a reflexão do GT.

9 Técnica utilizada para efetuar o mapeamento das entidades parceiras e sua importância para a experiência.

CONHECENDO AS EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS



▲ ECOTERRA (RS)

A Associação Regional de Cooperação e Agroecologia é uma associação de agricultores ecologistas que abrange 51 famílias de cinco municípios da região Alto Uruguai: Itatiba do Sul, Aratiba do Sul, Três Arroios, Barra do Rio Azul, Jacutinga do Sul. Foi criada oficialmente em 2001, com o objetivo de facilitar e viabilizar a comercialização de produtos agroecológicos produzidos por famílias que já faziam parte de grupos de agricultores agroecologistas, algumas desde o final dos anos 1980. A ECOTERRA também visa promover a cooperação e trabalhos em grupo, promover sistemas sustentáveis de produção agrícola, divulgar a agroecologia e promover ações educativas no meio rural e urbano.

Principais estratégias de comercialização

Feiras agroecológicas; Ponto fixo; Circuito sul de comercialização solidária da Rede Ecovida; Rede de Supermercados; participação em eventos; PAA e PNAE.

▲ **AGROFLOR (PE)**

Associação fundada em 1999, com sede em Bom Jardim/PE, e que conta com 67 associados/as, tendo entre eles homens, mulheres e jovens. Tem como objetivo principal incentivar a realização de ações de desenvolvimento rural sustentável para contribuir com a melhoria da qualidade de vida e a permanência das famílias agricultoras no campo. A Agroflor se destaca por uma rica experiência de comercialização em feiras agroecológicas.

Principais estratégias de comercialização

Feiras agroecológicas, sendo uma delas em Recife; vendas individuais e feiras livres; vendas individuais para atravessadores; PAA e em processo de negociação para venda ao PNAE.

▲ **ASSEMA (MA)**

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), fundada em 1989, é uma organização dirigida por trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu que tem atuação no Médio Mearim, região central do estado do Maranhão, situado no Meio Norte do Brasil. Desde sua criação, a entidade vem prestando assessoria técnica, jurídica, econômica e política às famílias de trabalhadores rurais, em especial às famílias quebradeiras de coco babaçu. Seu trabalho envolve famílias de 17 áreas de assentamentos dos municípios de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Lima Campos, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis e Peritoró. Entre suas principais contribuições destacam-se o fortalecimento do direito à cidadania das famílias de trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu; a criação de iniciativas econômicas sustentáveis e solidárias; a promoção da equidade nas relações de gênero, entre gerações e etnias; e a luta pela preservação, manejo sustentável e livre acesso aos babaçuais.

Principais estratégias de comercialização

Feiras e eventos regionais; Ponto fixo na Assema; Lojas em Brasília (Rede Cerrado); exportação do óleo de babaçu; saboeiras da região e em São Paulo e Manaus; cantinas das fábricas; PAA; Natura e lojas de produtos naturais (mesocarpo do babaçu).

POTENCIALIDADES E DEMANDAS PARA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS

A diversificação das iniciativas de comercialização e a busca pelo estabelecimento de circuitos curtos, fortalecimento dos mercados locais e valorização dos produtos da sociobiodiversidade, sem dúvida, configuram-se em estratégias importantes no processo de construção social dos mercados, ampliação do abastecimento dos alimentos agroecológicos e da autonomia econômica dos agricultores/as. Em relação a esses aspectos, observam-se diferenças de enfoque e intensidade nas experiências sistematizadas.

No caso da Ecoterra, chama atenção a diversidade de canais de comercialização dos produtos agroecológicos (ao todo foram mapeadas sete estratégias): feiras, pontos fixos, venda para redes de supermercados, mercado institucional e o circuito sul de circulação de alimentos. O circuito sul¹⁰ desenvolvido no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia possibilita o abastecimento e a comercialização de volumes mais elevados e diversificados.

Há um investimento nas feiras como espaços de comercialização, mas também de socialização, resgate da memória alimentar e também de aproximação com os consumidores. A Agrofior, por exemplo, tem nas feiras seu principal canal de comercialização,

com grande impacto na renda das famílias. Além da redução dos gastos com alimentação na família e melhoria da qualidade, a venda nas feiras chegava a gerar por mês/por família quase o dobro do salário mínimo vigente no período.

No que se refere à experiência da Assema, observou-se um perfil diferenciado, na medida em que é necessário um investimento maior na construção de canais de comercialização de dimensão regional e nacional pela natureza de alguns produtos (óleo, torta e mesocarpo de Babaçu). Chamou atenção nessa experiência a sua vinculação com a luta pelo livre acesso aos babaçuais e a quebra no processo de intermediação da cadeia produtiva.

Em relação às dificuldades encontradas, destaca-se a ausência ou a insuficiência de diálogo e apoio por parte dos governos em suas diferentes esferas. As organizações da agricultura familiar agroecológica têm desenvolvido ações no campo da comercialização alternativa, mas falta no país uma política de abastecimento que inclua mecanismos diferenciados, como é o exemplo de feiras agroecológicas, compras coletivas e outras. É necessário o apoio a essas iniciativas, pois se constituem em formas inovadoras de abastecimento, bem como represen-

10 O circuito sul de circulação de alimentos da Rede Ecológica foi criado em 2006. Consiste na circulação de alimentos produzidos por diferentes núcleos da Rede. Ao todo, estão baseadas em seis estações núcleos. Cada estação é um ponto de reuniões e distribuição de produtos para a comercialização (Rover & Lampa, 2013).

tam um enfrentamento aos atuais formatos, excludentes e concentradores.

Outro desafio a ser superado é o estabelecimento de relações sociais de gênero mais equânimes. Em geral, as mulheres que participam das experiências consideram que a agroecologia possibilita maior reconhecimento e valorização do seu papel na agricultura. Todavia, ainda são incipientes as iniciativas de fortalecimento da autonomia política e econômicas das mulheres e o acesso aos mercados. No caso da Assema, há investimento na construção da autonomia e fortalecimento da identidade das quebradeiras de coco babaçu.

É crescente, no âmbito da ANA, o número de experiências de redes locais e regionais cujos processos de comercialização estão inseridos em programas de compras públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nas três experiências analisadas, há estratégias de acesso ao mercado institucional, especialmente o PAA. Muitos relatos de agricultores apontam que o acesso ao programa tem possibilitado melhorias significativas na renda das famílias. Outro resultado importante é o fortalecimento de organizações de agricultores familiares que articulam e representam os agricultores na relação com o PAA, como pode ser visto nas experiências da Ecoterra no Alto Uruguai e da Assema no Maranhão.

O Programa ainda tem sido capaz de fortalecer circuitos curtos de comercialização.

Em muitos relatos, os agricultores expressam que o PAA fortalece e viabiliza as feiras, já que aumenta os volumes de produtos transportados para as cidades reduzindo os custos de comercialização. Isso porque, conforme relato de um agricultor: (...) em geral dia de feira é dia de entrega do PAA.

Em muitos casos, a segurança conferida pela participação no PAA tem representado um importante incentivo à continuidade dos processos de transição agroecológica no âmbito das unidades produtivas. A experiência tem mostrado que o avanço e a consolidação dos processos de transição agroecológica é fortemente dependente da existência e/ou da construção de canais seguros de comercialização.

No que se refere à dependência do PAA na formação da renda das famílias, observa-se que quanto maior é diversidade de estratégias de comercialização, menor é a dependência exclusiva do programa por parte das famílias e das associações.

Em relação ao PNAE, considerando que o período de execução do projeto ocorreu logo no início do processo de implementação da Lei 11.947, as experiências ainda encontravam-se em processo de diálogo e articulação para acessá-lo. No entanto, por meio do PAA (modalidade doação simultânea) já entregavam alimentos agroecológicos para algumas escolas.

Com base nas experiências e nos debates e proposições do Seminário, foi elaborado um quadro que apresenta as principais demandas relacionadas com as políticas públicas:

QUADRO 05: PRINCIPAIS DEMANDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NAS EXPERIÊNCIAS SISTEMATIZADAS

DIMENSÃO	DEMANDA
Assistência Técnica e Extensão Rural	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Programas de formação e capacitação para estímulo ao ingresso de novas famílias aos processos de comercialização estabelecidos e abertura de novos espaços/estratégias; ▲ Apoio à programas de organizações locais de ATER; ▲ Fomento à processos de formação em gestão, beneficiamento da produção, elaboração de projetos, etc.
Logística e Estrutura de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Cessão e financiamento de infraestrutura e insumos para processamento mínimo de produtos (limpeza, seleção, embalagem); ▲ Capital de giro para aquisição de insumos necessário à comercialização e para garantia de pagamentos regulares aos agricultores.
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Subsídios ao transporte de produtos, pela dispersão das unidades de produção e pelos volumes ainda pequenos; ▲ Viabilização da aquisição de veículos; ▲ Melhoria de condições estruturais para o transporte, principalmente estradas rurais.
Vigilância sanitária	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Adequação da legislação à realidade de unidades de produção familiares; ▲ Viabilização de estruturas adequadas à legislação;
Operacionalização de projetos	<ul style="list-style-type: none"> ▲ Desburocratização no acesso aos recursos públicos para projetos de ATER; ▲ Redução de burocracia na elaboração de projetos e prestação de contas para o mercado institucional.

SIGNIFICADOS DO PAA E DO PNAE PARA A ANA

Pelo caráter estruturante da Política de SAN e pela capacidade de articular ações de fomento agrícola, comercialização e assistência alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar ganharam centralidade no projeto, que previa ações de incidência em políticas públicas.

Tais ações ocorreram, especialmente, a partir da atuação das organizações que integram o GT nos diversos espaços de discussão de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar da Bahia, Paraná e Pernambuco, e de mobilização social como o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), os Fóruns Estaduais de SAN (PR e PE), as Redes ATER Nordeste e Rede Ecovida de Agroecologia.

Foi a partir dessa ação articulada que a sociedade civil conseguiu influenciar nas dinâmicas de funcionamento do PAA, no processo de regulação da Lei do PNAE (Lei 11.947/2009) e exerceu pressão sob o governo para que elaborasse uma proposta de política pública de abastecimento alimentar¹¹.

O PAA foi criado, em 2003, como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, tendo sido proposto no âmbito do

Consea. Partindo de uma concepção inter-setorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O programa é gerido por um grupo gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e composto ainda pelo Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conab e Ministério do Planejamento e Gestão.

O Programa adquire os alimentos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso ao alimento ou em situação de risco alimentar. Seu objetivo é “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (Brasil, s/d). Como alude Schmitt (2005), trata-se de um Programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

A experiência positiva com o PAA abriu caminhos para a compra da produção da agricultura familiar com recursos do Pro-

11 Foi elaborada pela Câmara Interministerial de SAN com apoio do Consea uma proposta de projeto de lei que institui uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar. No entanto, esse PL ainda não foi encaminhado pelo governo para o Congresso Nacional.

O PAA em NÚMEROS

- ▲ Beneficia diretamente 200 mil agricultores/as familiares
- ▲ Fornece alimentos para quase 20 milhões de pessoas todos os anos, especialmente aquelas em situação de insegurança alimentar e nutricional
- ▲ 23 mil entidades atendidas em 2012
- ▲ Mais de três mil tipos de diferentes de alimentos adquiridos, especialmente, frutas, legumes e verduras, feijão, leite, carnes e farinhas

Fonte: PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, 2014

grama Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Maior programa de alimentação em atividade no Brasil, que diariamente serve mais de 46 milhões de refeições e conta com repasses de recursos do Governo Federal da ordem de R\$ 3,6 bilhões, o programa passou por mudanças em 2009.

Com a aprovação da Lei 11.947/2009, passa a ser obrigatória a destinação pelos estados e municípios de no mínimo 30% dos recursos federais para a compra direta da agricultura familiar, com prioridade para os assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas.

A lei passa a ser um marco nas políticas públicas relativas à SAN ao incorporar algumas dimensões estratégicas: reconhecimento da alimentação escolar enquanto um direito humano; ampliação do atendimento para o ensino médio e de jovens e adultos;

valorização da cultura alimentar e dos alimentos regionais. Também reconhece o papel social e econômico desempenhado pela agricultura familiar no Brasil (SCHOTTZ, 2011). Além disso, ela é considerada uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras, pois define um percentual de compra da agricultura familiar e dispensa o procedimento licitatório, utilizando outros instrumentos que valorizam a qualidade dos alimentos e o desenvolvimento local. (TRICHES et al, 2011).

Tanto o PAA quanto a compra da agricultura familiar pelo PNAE são importantes conquistas, fruto de intenso processo de articulação, mobilização e pressão política da sociedade civil, da qual participou ativamente o GT SSA em parceria com outras redes, movimentos sociais e o Consea (SCHOTTZ, 2011).

PRINCIPAIS LIMITES DOS PROGRAMAS PAA E PNAE PARA OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

De maneira geral, a percepção do Grupo de Trabalho sobre Soberania e Segurança Alimentar da ANA é de que há muitos avanços na formulação de propostas de programas estruturante como PAA, PNAE e PGPM da sociobiodiversidade abrindo caminhos para as bases de uma política de comercialização e abastecimento. O mercado institucional tem sido um estímulo para a organização da produção e diversificação, assim como para o reconhecimento das mulheres e sua importância nos processos econômicos da agricultura familiar. No entanto, além de demandas concretas identificadas no âmbito das experiências e apresentadas na seção anterior, o debate na ANA, em diálogo com o FBSSAN, tem identificado outros desafios:

- ✦ A implementação de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar voltada para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar, recuperando o papel regulador do Estado na realização do Direito Humano à Alimentação. Foi elaborada pela CAISAN SAN com apoio do Consea, uma proposta de projeto de lei que ainda não foi encaminhada pelo governo para o Congresso Nacional;
- ✦ A necessidade de fortalecimento do componente de política agrícola do PAA, assegurando que sejam operacionalizadas as suas várias modalidades;
- ✦ Ampliação da cobertura do Programa nas regiões, especialmente a Amazônia, e para povos e comunidades tradicionais e assentamentos/acampamentos de reforma agrária.
- ✦ Ampliação do acesso das mulheres ao PAA, a partir da adequação dos instrumentos do programa à sua realidade e necessidade. Observa-se, nos últimos anos, um aumento no percentual de mulheres que comercializam para o programa, mas essa participação ainda é insuficiente;
- ✦ Aumento no percentual de compra dos produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade, com garantia da diferenciação de preço em relação aos produtos convencionais.
- ✦ Maior articulação do programa com as entidades/pessoas que recebem os alimentos, que, na grande maioria dos casos, não relacionam o alimento recebido com a agricultura familiar da região onde moram;
- ✦ Maior investimento em ações voltadas para a formação das associações e cooperativas sobre o PAA (desenho operacional, mecanismo de gestão, elaboração de projetos de venda);
- ✦ Fortalecimento de mecanismos que assegurem a participação efetiva das organizações da sociedade civil de assessoria técnica e de organizações de agricultores/as.
- ✦ Compatibilização do tempo dos projetos (planejamento/ execução) com a disponibilidade do produto;
- ✦ Acompanhamento das propostas sobre reformulação da DAP, que vêm sendo progressivamente debatidas e socializadas especialmente pelos grupos e movimentos de mulheres, visando a democratização dos instrumentos de acesso aos programas.

3.2 política de ATER e transição agroecológica

As reflexões que apresentamos nesta seção são fruto do Seminário Final dos Projetos PDA/Redes - Rede ATER-NE e Rede AS-PTA/CTA/SASOP, realizado em Olinda/PE, em dezembro de 2011; e do estudo sobre Políticas públicas e transição agroecológica no Nordeste do Brasil: reflexões a partir de estudos de caso Rede ATER Nordeste.

Um dos objetivos desses processos foi apresentar e debater os resultados das políticas de ATER nas trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar dos territórios nos quais as entidades das referidas redes atuam. A pergunta é: em que medida os instrumentos de políticas públicas voltados para a agricultura familiar são coerentes com as trajetórias de transição agroecológica?

No que se refere especificamente à política de ATER, as principais observações críticas, no período em que o projeto se realizou foram:

- ✦ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) como está sendo executada não tem favorecido efetivamente os processos de transição agroecológica. Um aspecto principal refere-se à falta de reconhecimento da forma de atuação das entidades que historicamente vêm atuando no campo da agroecologia. As chamadas de ATER são definidas pela SAF/MDA a partir de ações pré-determinadas, que não levam em consideração as demandas dos agricultores. Exemplo: uma falha metodológica é que as chamadas não permitem atividades de troca de experiência/intercâmbio.
- ✦ As entidades afirmam que o processo das chamadas públicas está desmobilizando os processos coletivos acumulados pelas organizações da sociedade civil; a relação modificou-se, antes éramos parceiros e hoje somos prestadores de serviços.

- ✦ O Governo paga pelo serviço prestado. O trabalho inicial tem que ser feito com desembolso das organizações. A remuneração acontece após relatórios e em geral o tempo entre a emissão dos relatórios e o desembolso é grande, o que também desfavorece as entidades da sociedade civil.
- ✦ Quando as chamadas são executadas por instituições oficiais de ATER, estas não têm conseguido incorporar os princípios e metodologias de trabalho da prática agroecológica. As primeiras chamadas de ATER privilegiavam lotes com grande número de agricultores, o que favorecia as instituições oficiais de ATER.
- ✦ Um ponto fundamental é o fato de o PNATER excluir uma grande parcela da população rural que são os quilombolas,

os moradores periurbanos, e as mulheres, quando o marido não é agricultor familiar. Isso porque o acesso a ATER está condicionado à emissão da DAP, e estes grupos, por uma série de fatores, não conseguem acessar o documento. Vale destacar que grande parte desse público faz parte das redes de agroecologia e recebe ATER a partir das entidades não oficiais.

- ✦ As chamadas são de um ano, o que fere o princípio da continuidade no trabalho com agroecologia.

16 A REDE ATER NORDESTE é uma articulação de 12 organizações da sociedade civil (ASCOOB/BA, F.APAEB/BA, MOC/BA, SASOP/BA, CETRA/CE, ESPLAR/CE, ASPTA/PB, PATAC/PB, ASSOCENE/PE, Caatinga/PE, Diaconia/PE, Sabiá/PE):

ESTUDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO NORDESTE DO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO REDE ATER NORDESTE

A Rede ATER Nordeste é uma articulação de entidades¹⁶ que visa contribuir na construção e implementação de uma nova política de extensão rural no Nordeste brasileiro, pautada nos processos de transição agroecológica, fortalecendo a perspectiva de convivência com o semiárido, a partir da construção coletiva de conhecimentos.

Emerge no final de 2003, motivada pelas práticas inovadoras de um conjunto de ONGs e movimentos sociais no campo, a partir da crítica ao modelo de extensão rural convencional e da possibilidade de contribuição na construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

A transição agroecológica enfrenta aí um histórico de práticas de uso dos recursos predatórias, concentradoras e excludentes. Apesar das adversidades, identifica-se uma presença expressiva de agricultores experimentadores produzindo e adaptando tecnologias de produção agroecológica e de convivência com o semiárido.

A assessoria técnica e apoio aos processos de produção de conhecimentos têm sido predominantemente oferecidos pelas entidades não oficiais: ONGs e cooperativas de profissionais do campo da agronomia. São características do trabalho dessas organizações o uso de princípios e metodologias que favorecem a participação social e

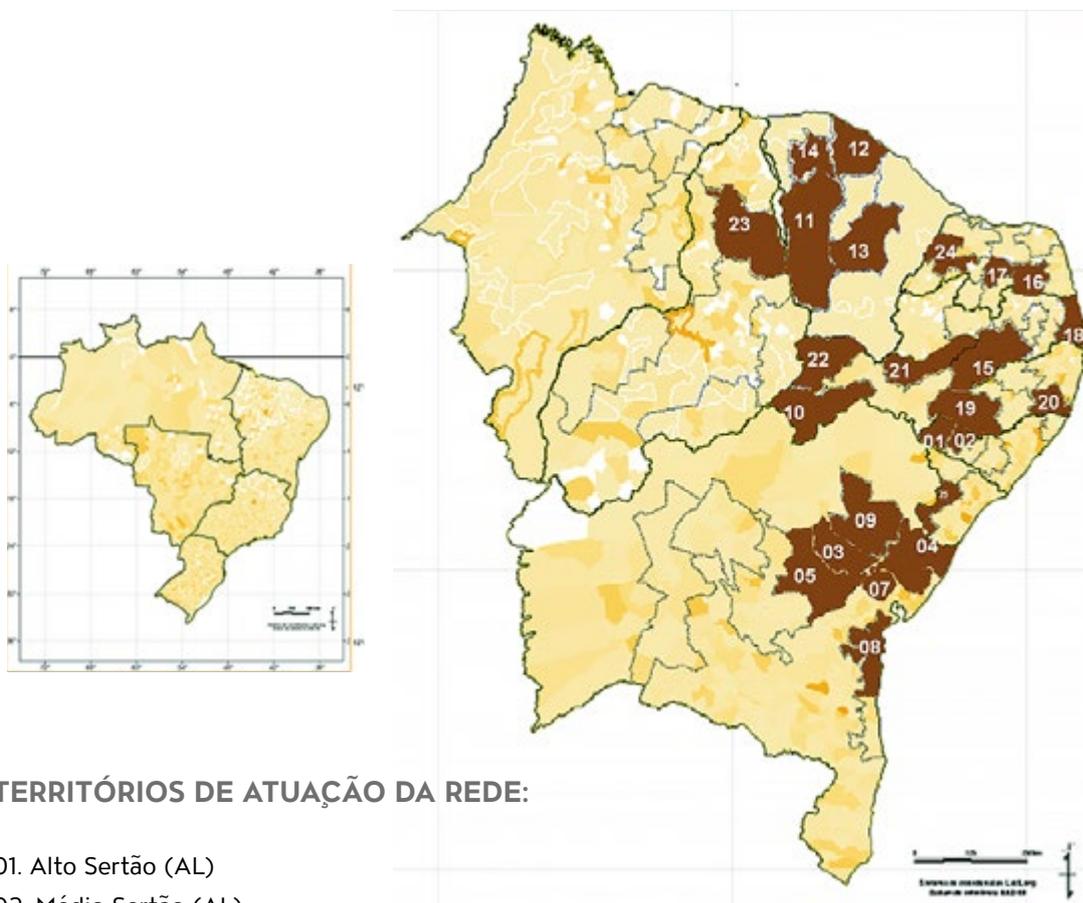
política nos territórios; o estímulo à articulação das organizações da sociedade civil em rede – intercâmbios – Rede ATER Nordeste; e a gestão dos programas diretamente relacionados à Articulação do Semiárido (ASA).

Apesar do importante trabalho de assessoria que vem sendo desenvolvido por ONGs, ainda existe um déficit quando se considera os processos de construção e viabilização da transição agroecológica numa escala mais ampla. As evidências indicam que a ATER oficial ainda não se consolidou no cotidiano das famílias. Faltam metodologias que aproximem as entidades de ATER das reais aspirações e necessidades das famílias e organizações da agroecologia. As ONGs e outras organizações não oficiais de assessoria, por sua vez, não têm dado conta do conjunto de demandas e necessidades que se apresentam na consolidação e ampliação da agroecologia nos territórios de atuação.

Outro fator marcante é o déficit de profissionais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos que atendam às diferentes demandas da agricultura familiar, em especial para a produção agroecológica. Muitas instituições locais de ATER ainda estão trabalhando a partir de um paradigma modernizante da agricultura e do mundo rural.

O estudo sobre a ATES (assistência técnica, social e ambiental) na zona da Mata

ÁREA DE ATUAÇÃO DA REDE ATER NORDESTE



TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DA REDE:

- 01. Alto Sertão (AL)
- 02. Médio Sertão (AL)
- 03. Baía do Jacuípe (BA)
- 04. Litoral Norte/Alagoinhas (BA)
- 05. Piemonte de Paraguaçu (BA)
- 06. Portal do Sertão
- 07. Recôncavo (BA)
- 08. Baixo Sul (BA)
- 09. Sisal (BA)
- 10. Sertão do São Francisco (BA)
- 11. Inhamuns (CE)
- 12. Itapipoca (CE); 13. Sertão Central (CE)
- 14. Sobral (CE); 15. Cariri (PB); 16. Borborema (PB); 17. Serido (PB); 18. Mata (PB); 19. Agreste Meridional (PE); 20. Mata Sul (PE); 21. Sertão do Pajeú (PE); 22. Sertão do Araripe (PE)
- 23. Carnaubais (PI); 24. Chapada do Apodi (RN); 25. Sertão Ocidental (SE)

Fonte: Rede ATER Nordeste

Sul/PE, realizado em parceria pelo Centro Sabiá e FASE, nos assentamentos rurais de Palmares, Pombos, Ribeirão, Rio Formoso, Tracunhaném mostra entidades que desapareceram; técnicos que não estão mais nas entidades e o conhecimento centralizado em uma ou outra pessoa nas organizações, revelando um campo de contradições. Assim, o INCRA coloca a responsabilidade nas empresas e elas culpam os assentados. Mais recentemente, o discurso do empreendedorismo vem norteando a atuação da extensão oficial.

Enquanto em alguns locais há um déficit nos serviços de ATER, em outros há uma sobreposição. No caso de alguns territórios da Rede Nordeste são várias concepções e práticas de assistência técnica: ATES-INCRA; IRPA do governo estadual; Promata, que terceiriza a assistência técnica e Centro Sabiá. Em vários casos, percebeu-se que há famílias que recebem assistência técnica

de mais de uma entidade, que atuam a partir de metodologias diferenciadas, gerando contradições.

No que se refere às metodologias de trabalho, também percebe-se uma disparidade entre aquelas que vêm sendo desenvolvidas pelas organizações e entidades da agroecologia e outras entidades de ATER. O depoimento, a seguir, de um agricultor, sintetiza estas diferenças:

“É totalmente diferente, o técnico (do Incra) chega impondo. Eu disse para um agrônomo: dessa assistência técnica não precisamos. Com o Centro Sabiá é totalmente diferente. O técnico pergunta como está a convivência com o lote. Ele chega e palestra com a família. Os intercâmbios que fazemos (com o Centro Sabiá) também tem contribuído. É agricultor ensinando agricultor... Nunca tinha visto este ensinamento”.

DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE ATER EM SUA INTERFACE COM A AGROECOLOGIA

Há um reconhecimento, que a partir de 2013, a proposta da Chamada Ater Agroecologia, passou a incluir demandas das organizações da Articulação Nacional de Agroecologia, que são consideradas conquistas:

- ✦ A duração dos projetos passou a ser de 3 anos;
- ✦ A chamada condiciona a participação das mulheres (50% do público devem ser mulheres e 30% dos recursos para atividades específicas com mulheres);
- ✦ O trabalho para obtenção de DAP passa a integrar as atividades da Chamada;

Não obstante, há outras propostas de inovação a serem consideradas:

- ✦ É necessário ainda um reconhecimento do saber acumulado das entidades que historicamente vêm atuando no campo da agroecologia por parte do Estado. A relação atual é apenas de prestação de serviços;

- ✦ É importante avançar na concepção da metodologia de ação participativa das entidades do campo agroecológico, com destaque para a inclusão de atividades de troca de experiência/intercâmbio, que fazem parte do cotidiano dos agricultores agroecologistas, e avançar no reconhecimento dos agricultores experimentadores;

- ✦ É preciso garantir formas de repasse de recursos que facilitem o trabalho das entidades da sociedade civil, com maior celeridade, abreviando o tempo de celebração de contrato e também entre a emissão dos relatórios e o desembolso das atividades;

- ✦ Quando as chamadas são executadas por instituições oficiais de ATER é premente que estas consigam incorporar os princípios e metodologias de ação participativa na prática e não somente no discurso. As evidências indicam que a ATER oficial ainda não se consolidou no cotidiano das famílias da Rede, faltando metodologias que aproximem as entidades de ATER das reais aspirações e necessidades das famílias e organizações da agroecologia;

}.} Sistemas Agroflorestais e Legislação Ambiental

A Mata Atlântica é o bioma brasileiro mais alterado, com menos de 9% de área remanescente preservada. Abriga, hoje, o maior número de espécies ameaçadas. Das 472 espécies da flora brasileira que constam da Lista Oficial de Espécies ameaçadas de extinção, 276, ou seja, mais de 50%, se encontram na Mata Atlântica (MMA, 2010).

As experiências de implantação de sistemas agroflorestais e reflexão sobre a legislação ambiental, desenvolvidas por organizações que atuam em rede com a abordagem agroecológica, tem a perspectiva de dialogar e influenciar nesta realidade.

Proteger a biodiversidade e a diversidade cultural, ancorando-se em um ecologismo social e na afirmação da identidade dos vários segmentos do campesinato, portadores do conhecimento local e das práticas de manejo, com suas formas próprias de organização social, são os pilares desse debate.

Os debates que acompanharam o período de execução deste projeto ocorreram no contexto de disputa no Congresso Nacional das propostas de mudança do Código Florestal. Esse instrumento da legislação ambiental constituiu-se na prioridade de análise e mobilização das redes, expres-

sando-se no posicionamento público da Articulação Nacional de Agroecologia, em setembro de 2011, contra as mudanças propostas, naquele momento, principalmente pela bancada ruralista, conforme se lê no quadro ao lado.

AS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS

As três experiências de implantação de Sistemas Agroflorestais, em curso, objeto deste projeto, subsidiaram os argumentos dessa manifestação pública e trazem lições importantes para a promoção da agroecologia em diferentes ecossistemas da Mata Atlântica. Mostram que os Safs têm grande potencial de recuperação florestal, pois aliam a produção agrícola e a conservação da biodiversidade.

a) A valorização de espécies nativas e crioulas na Mata das Araucárias

Com o objetivo de “qualificar a temática dos Sistemas Agroflorestais e consolidar um grupo de trabalho de monitoramento na Rede Ecovida de Agroecologia”, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP),

EM DEFESA DO CÓDIGO FLORESTAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGROECOLOGIA



“O Brasil corre um enorme risco de se posicionar na contramão da história se o texto que altera o Código Florestal, aprovado na Câmara dos Deputados, for aprovado no Senado e sancionado pela Presidenta Dilma. E justamente no momento em que o Brasil vai sediar, em 2012, a Rio+20, e as atenções internacionais estarão voltadas ao nosso país.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) produziram um relatório posicionando-se negativamente sobre a proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro. O relatório destaca que o processo histórico de ocupação do território brasileiro resultou em aumento das pressões sobre o meio ambiente, em processos erosivos, na perda de biodiversidade, na contaminação ambiental e em desequilíbrios sociais. Os diagnósticos realizados demonstram que existe um passivo da ordem de 83 milhões de hectares de áreas de preservação ocupadas irregularmente, de acordo com a legislação ambiental em vigor. É preciso repensar essa ocupação e promover uma adequação ambiental e social da atividade rural.

A maior parte deste passivo sem sombra de dúvidas pode ser creditada à agricultura patrimonial, o chamado agronegócio, não só pela dimensão da área ocupada pelas grandes propriedades como pelo modelo de produção em monoculturas, intensivo no uso de máquinas, adubos químicos e agrotóxicos. A agricultura familiar camponesa, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais

adotam, predominantemente, um modelo que alia produção agrícola e conservação dos recursos naturais (solo, água e biodiversidade).

A mudança do Código Florestal, portanto, interessa em primeiro lugar ao agronegócio, que sempre ignorou a existência desta legislação e considera a sua implementação efetiva como uma ameaça à continuidade e expansão de seu modelo predatório de produção e acumulação de riquezas.

Entendemos que a legislação atual traz restrições para a permanência da agricultura familiar no campo, quando consideramos, por exemplo, casos de pequenas propriedades que utilizam áreas previstas em lei para preservação. Isso quer dizer que há a necessidade de aperfeiçoamento na legislação, levando-se em consideração as especificidades da agricultura familiar.

No entanto, diversas leis e decretos ou medidas infralegais, como resoluções e instruções normativas, publicadas nos últimos anos procuram contemplar estas especificidades. Como exemplo, a recente Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, número 425, de maio de 2010, dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.

O que faltou nestes 46 anos de vigência do Código Florestal foi principalmente a formulação

de propostas de políticas públicas que viabilizassem a sua efetiva implementação. Pelo contrário, o que se viu foi a adoção de políticas que incentivavam o desmatamento, colocado como condição para o acesso ao crédito, por exemplo.

Portanto, não se trata de revogar o código e sim criar condições e políticas públicas para o seu aperfeiçoamento e implementação. Nos próprios quadros técnicos de órgãos ambientais e de assistência técnica e extensão rural governamentais pode-se verificar um grande desconhecimento sobre o Código Florestal e das medidas infraleais que buscaram aperfeiçoá-lo nos últimos anos.

Percebemos que o atual debate sobre as alterações no código florestal está sendo feito de forma oportunista e irresponsável pelas lideranças ruralistas, que cooptaram setores importantes do governo e do legislativo. O texto aprovado na câmara significa um retrocesso que beneficia os setores mais retrógrados do campo, premiando com anistias aqueles que mais dilapidaram e usurparam os recursos naturais e abrindo caminho para um aumento colossal do desmatamento em nosso país e da violência contra os povos do campo e da floresta. A sinalização de “liberou geral”, dada pelo debate na Câmara desde o começo do ano, já tem como consequências práticas o aumento impressionante de 473% no desmatamento em Mato Grosso, na comparação com os mesmos meses do ano passado, e o claro aumento do tom e da quantidade de ameaças que lideranças ambientalistas da Amazônia vêm recebendo, que culminaram com os assassinatos de José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva e Adelino Ramos. Portanto, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) se posiciona contra as mudanças

propostas para o Código Florestal Brasileiro, e reforça a necessidade de fortalecer a agricultura familiar camponesa, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, com a valorização e incentivo a práticas sustentáveis, especialmente na promoção da Agroecologia.

“Os sistemas de produção baseados na Agroecologia demonstram grande potencial para o enfrentamento da crise civilizatória que vivemos (incluindo aí as crises econômica, socioambiental, energética e alimentar) e dos problemas do modelo de desenvolvimento hoje dominante no País. Estudos recentes, realizados nos biomas Mata Atlântica e Amazônia, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), apontam para a importância dos chamados Sistemas Agroflorestais (SAFs) para a produção de alimentos e conservação da biodiversidade, solos e água. Alguns sistemas chegam a abrigar mais de trinta espécies endêmicas de árvores e arbustos desses biomas, e a sequestrar cerca de 150 toneladas de CO₂ equivalente em um período de 15 anos.

Outro papel importante dos SAFs refere-se à manutenção de conectividade funcional entre áreas de fragmentos florestais. Pesquisas conduzidas no sul do Brasil demonstram que a proporção de espécies da fauna típica de ambientes florestais é maior em plantios complexos e multidiversos do que em sistemas de monocultivo. Pesquisas na Zona da Mata de Minas Gerais demonstram que a biodiversidade associada nos SAFs é responsável por vários serviços ambientais, como polinização, melhoria da qualidade do solo e controle de insetos indesejáveis; regula processos-chave no funcionamento dos agroecossistemas, tais como a decomposição da matéria orgânica, o controle natural

de insetos-praga e patógenos e a ciclagem de nutrientes, contribuindo em grande parte para a resiliência (capacidade de suportar estresses ambientais) do sistema de produção.

A importância da agricultura familiar e, principalmente, dos sistemas de produção com base agroecológica para combater a pobreza, para a promoção de segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental é referendada pelo maior estudo realizado até o momento sobre o estado da arte da agricultura mundial.

O chamado relatório da Avaliação Internacional do Papel dos Conhecimentos e da Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development – IAASTD), elaborado por centenas de cientistas de todo o mundo e organizado com apoio de vários organismos das Nações Unidas, dentre eles o Banco Mundial, a Organização para Agricultura e Alimentação – FAO, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD é taxativo em afirmar que políticas públicas e arranjos institucionais deverão priorizar o uso de abordagens de manejo agroecológico para a promoção do desenvolvimento sustentável. O Professor Olivier de Schutter, relator especial da ONU, sobre “os direitos à alimentação”, baseado em vários estudos também foi categórico ao afirmar que as políticas públicas devem apoiar a agroecologia (ONU, A/HRC/16/49).

O Projeto de Lei na forma em que foi aprovado na Câmara dos Deputados é absolutamente prejudicial para o desenvolvimento sustentável do país, além de criar dificuldades para que o Brasil cumpra os acordos estabelecidos internacionalmente. O substitutivo apresentado pelo deputado Aldo Rebelo e aprovado na câmara favorece apenas aos interesses

do agronegócio, anistia crimes ambientais cometidos por produtores rurais, desobriga a recomposição das áreas consolidadas, permite a compensação de Reserva Legal fora da região ou bioma e desobriga a recomposição da Reserva Legal em propriedades de até 4 módulos fiscais, sem diferenciar o agronegócio da agricultura familiar camponesa, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Os deputados ainda aprovaram a desastrosa emenda 164, que atribui aos estados responsabilidades que pertencem à Lei Federal. A flexibilização dessa legislação poderá desencadear desdobramentos com sérias consequências para o meio ambiente.

Resta saber como os deputados pensam em substituir os serviços ambientais que poderão ser eliminados com esta nova legislação e que só as florestas nos podem garantir, como: a produção de água, a regulação dos ciclos das chuvas e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade, a polinização, a reprodução de muitas espécies, o equilíbrio das cadeias tróficas, o controle do assoreamento dos rios e barragens e o equilíbrio do clima, alguns dos sustentáculos básicos da vida neste planeta.

Conclamamos todos os parlamentares, o governo federal e a sociedade brasileira a se posicionarem e agirem com responsabilidade histórica e a atuarem firmemente contra o retrocesso que significa a aprovação do relatório aprovado na câmara dos deputados. Caso contrário, as consequências para o futuro serão desastrosas, nós já a sentiremos, e muito mais ainda nossos filhos e netos. Conclamamos todos a agirem em defesa da vida e do futuro do nosso país e do planeta Terra” (ANA, 2011).

entidade parceira da organização executora do projeto Instituto Morro da Cutia de Agroecologia/IMCA, desenvolve experiências no ecossistema da Mata das Araucárias.

A proposta do Cetap desenvolve-se no ecossistema da Mata das Araucárias, que está praticamente extinto, e com ele várias espécies de roedores, inúmeras aves e insetos que se alimentavam do pinhão. A floresta contínua tornou-se uma paisagem altamente fragmentada. Um contexto no qual a agricultura convencional, com muito cultivo de soja, se impõe com a degradação ambiental, social e cultural, gerando a perda de interesse e do conhecimento da parte dos agricultores e da sociedade sobre o potencial das espécies vegetais. A construção da hidrelétrica de Barra Grande alagou um dos maiores remanescentes de Araucária na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Por isso a equipe moveu-se pela estratégia de educação participativa, para resgatar formas de aproveitamento e usos das espécies nativas e crioulas, e a sensibilização dos agricultores e agricultoras sobre a possibilidade de autoabastecimento e comercialização e geração de renda, especialmente das frutas.

Com a proposta de implantação de Sistemas Agroflorestais, busca mudar o comportamento dos agricultores e agricultoras em relação à Mata de Araucária. A equipe quer contribuir na agroecologização dos sistemas de produção, qualificando as técnicas de manejo agroecológico, bem como ampliando o trabalho de resgate da biodiversidade local.

Mostrar que é possível fazer agricultura

sem degradar o ambiente e que a produção de alimentos, artesanatos, fibras, remédios, a partir das espécies nativas, pode e deve respeitar os ciclos da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental, tornou-se fundamental.

Uma das técnicas desenvolvidas para iniciar o processo de implantação dos SAFs são as “Faixas Agroflorestais”. Implantadas dentro das áreas de cultivos anuais (milho, mandioca, batata doce, feijão) e nas hortas, constitui-se basicamente em uma faixa de 3 a 5 metros de largura, onde se cultiva uma grande diversidade de espécies, especialmente bianuais e arbóreas, que desempenham diferentes funções (maior equilíbrio ecológico ao sistema, produção de lenha, ervas medicinais, frutas, espécies adubadeiras, flores para abelhas etc).

O trabalho com as frutas nativas passou a ter êxito com a comercialização e a parceria com grupos urbanos da economia solidária, que produzem coquetéis com frutas nativas. A produção de cerca de duas toneladas de polpa de Araçá Vermelho, por exemplo, tornou realidade o que parecia um sonho irrealizável. A Uvaia – “rainha da Mata Araucária”, passou a ser valorizada, assim como o Butiá. Cresce também a demandas do conhecido pinhão – “rei da Mata Araucária” - com seus diferentes usos gastronômicos. Oferecido em estabelecimentos para idosos, através do PAA, tem sido apreciado, sob a forma de farinha, por não conter glúten.

As oficinas de produtos de SAFs e da Floresta de Araucária realizadas com as

famílias agricultoras, bem como de forma interna pela equipe do Cetap, trouxeram um grande aprendizado em relação ao processamento desses produtos, mas ainda é necessária muita experimentação sobre o aproveitamento das frutas nativas, e ainda existem poucos equipamentos de processamento adequados.

b) Práticas agroecológicas nos Mares de Morros

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata/CTA-ZM, e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas/REDE, que integram a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), definiram como objetivo: “contribuir com a qualificação e o aperfeiçoamento das políticas públicas de crédito para fomentar a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) em unidades de produção familiares e com a revisão da legislação estadual e federal visando identificar e propor mecanismos estimuladores da recuperação de áreas de preservação permanente com SAFs”. Sua atuação teve como área de abrangência vários municípios mineiros da Zona da Mata, Leste de Minas e Vale do Mucuri.

A fragmentação da Mata Atlântica deixou as áreas de maior declive e difícil acesso para os remanescentes florestais, principalmente no ecossistema conhecido, em Minas Gerais, como “mares de morros”. Colocou-se o desafio de praticar a conservação da biodiversidade nas áreas do entorno

do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e do Parque Nacional do Caparaó, e entre os fragmentos que foram convertidas em áreas produtivas que requerem um olhar cuidadoso dos entusiastas do debate de ecologia da conservação (CTA-ZM, 2013).

A experiência mostra como os sistemas agroflorestais (SAFs) têm grande potencial de recuperação florestal, inclusive como corredores ecológicos, ligando áreas de remanescentes de Mata Atlântica. São adequados e viáveis às funções de conservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL). Além de contribuírem para a conservação da cobertura florestal, recuperam áreas degradadas, ampliam o refúgio da biodiversidade, recuperam e conservam o solo e recursos hídricos. Desta forma, aliam a produção agrícola e a conservação da biodiversidade, principalmente quando adotados nas áreas produtivas.

Na experiência, especialmente na Zona da Mata Mineira Norte, em 30 propriedades, constatou-se que a legislação ambiental é pouco conhecida pelos agricultores e agricultoras, requerendo-se um amplo programa de divulgação da legislação florestal e das práticas agroflorestais. Mas há uma estrutura limitada das instituições governamentais para responder às demandas. Os agricultores têm quase a totalidade de suas propriedades em áreas de preservação permanente, uma vez que o relevo é acidentado e há a presença de muitos cursos d’água. O tamanho dificilmente é maior do que um módulo fiscal, enquadrando a região como

uma das mais limitantes em relação à legalidade de manejo na propriedade. Estes foram os grandes desafios assumidos.

O diálogo com a legislação ambiental suscitou questionamentos e propostas de mudanças. Por exemplo, o instrumento legal Instrução Normativa nº 5 de 2009 do Ministério do Meio Ambiente destaca o interesse social sobre o manejo agroflorestal, reconhecendo-o como indutor da recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), e estabelece o mínimo de 500 indivíduos por hectare, de pelo menos 15 espécies perenes nativas da fitofisionomia local, além de outras exigências. A prática mostrou ser inviável esse número de árvores em áreas já naturalmente sombreadas e com baixa taxa de radiação solar, o que inviabiliza a adequação à lei, que precisa responder a essas especificidades.

A experiência demonstra que, mais importante do que a manutenção de uma grande diversidade de espécies florestais ocupando o agroecossistema é a necessidade de se “manter as funções ecológicas das áreas”, providas a partir de práticas agroecológicas, como conservação do solo, manutenção da biodiversidade e uso, por exemplo, da homeopatia, plantio diversificado, manejo das espécies espontâneas, proteção da fauna silvestre e dos fragmentos florestais e prática de saneamento ambiental.

É reconhecido o papel da recente Lei Nº 12.854, de 26 de agosto de 2013, que fomenta e incentiva ações que promovem a recuperação florestal e a implantação de

sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas. Porém entende-se que os SAFs devem ser incentivados e utilizados também nas áreas de uso alternativo, uma vez que é vital para a agenda da conservação da biodiversidade que os olhos se voltem para as áreas produtivas e a forma como vêm sendo manejadas.

Se anualmente, por hectare, pode-se evitar a perda 2.000 kg de solo modificando-se as práticas de manejo, conforme se constata nas experiências na região, deixando-se de cultivar cafezais a pleno sol e passando a utilizar sistemas agroflorestais, é fundamental que os agricultores e agricultoras sejam incentivados pelos Órgãos Ambientais e de Assistência Técnica Rural a adotar esses sistemas.

A eficácia da conservação de macro e micro fragmentos florestais isolados na paisagem avançará consideravelmente com a adoção de sistemas agroflorestais nas áreas produtivas, permitindo maior permeabilidade para a fauna e flora, contribuindo para a maior resiliência das espécies e conservação da biodiversidade, conclui a experiência. Mas a continuidade dessa experiência exitosa está em risco com o encerramento do projeto PDA e pela ausência de outras iniciativas similares no âmbito das políticas públicas.

c) Ação em rede pela preservação da juçara

O Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica/ IPEMA, em parceria com cerca de 14 organizações de municípios



Café com Banana Agroecológico Comunidade Alves, Divino-MG. (Fotos: CTA-ZM)

dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, articulam-se na Rede Juçara com o objetivo de “promover ações para geração de conhecimentos e experiências que subsidiem a construção de programas e políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da polpa de juçara, aliado a formação da identidade socioambiental do produto e ao fortalecimento do protagonismo de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no bioma Mata Atlântica”.

A experiência mostra dificuldades de várias ordens. Do ponto de vista fundiário, há

conflito territorial. Duas Unidades de Conservação - Parque Nacional da Serra do Mar e Serra da Bocaina - sobrepõem-se à área de comunidade quilombola não titulada, impedindo o reconhecimento das práticas de manejo tradicional. Em lugar de predominar a visão da etnoconservação, com a valorização da funcionalidade ecológica dos remanescentes, sua função social e papel histórico, impõe-se a visão da natureza intocada, com restrição de uso.

A Instrução Normativa nº 6 de 2008 do Ministério do Meio Ambiente, com a Lista das Espécies da Flora Nativa Ameaçadas de



Café agroecológico Comunidade Lanás, Araponga-MG . Foto CTA-MG

Extinção, dentre as quais a palmeira juçara, também impõe restrições à utilização desta espécie. Não só gera dúvidas sobre a relação dessa normativa com outros instrumentos legais, como também há dificuldades de interação com os órgãos públicos para a elaboração dos planos para a retirada das espécies ameaçadas de extinção, colocando em risco as ações protagonizadas pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

As organizações da Rede apelam para a necessidade de se aplicar o artigo 13 da Lei da Mata Atlântica (Nº 11.428 de dezembro de 2006) que incumbe os órgãos competentes a adotar normas e procedimentos especiais para assegurar ao pequeno produtor e às populações tradicionais o acesso fácil

à autoridade administrativa, em local próximo ao seu lugar de moradia; procedimentos gratuitos, céleres e simplificados, compatíveis com o seu nível de instrução; análise e julgamento prioritários dos pedidos.

Os desafios são muitos, mas há resultados positivos. A utilização dos frutos para produção de polpa tem promovido uma agenda positiva com redução do corte para produção de palmito; geração de renda local; inclusão da polpa no cardápio da alimentação escolar; motivação da juventude; estímulo para adoção do manejo de SAFs como repovoamento de áreas com a palmeira e consequentemente a conservação ambiental. O uso sustentável da palmeira juçara propicia a conservação de outras espécies no ecossistema.

CONCLUSÕES E SEGUIMENTO DO DEBATE

A importância de os agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais se empoderarem dos deveres e direitos relacionados à legislação ambiental e às políticas públicas de apoio a estratégias de conservação segue como fundamento para aportar a discussão de que a Agroecologia e os Sistemas Agroflorestais são “meios de vida” que devem ser valorizados e reconhecidos pelo Estado e órgãos de assessorias locais. Algumas propostas gerais foram acentuadas como resultado desses debates:

- ✦ Aprimoramento da legislação ambiental e das políticas públicas para a promoção da agroecologia e de regularização fundiária e ambiental. Prioridade para a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, reconhecendo e incentivando as famílias que desenvolvem práticas em sistemas agroflorestais.
- ✦ Desenvolvimento de linhas de crédito para os sistemas agroflorestais e sensibilização dos agentes financeiros. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) começa a aumentar as possibilidades de crédito para sistemas consorciados, contudo a resistência dos gerentes dos bancos e o desconhecimento dos técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em relação aos SAF têm dificultado o uso de crédito. Ampliar a execução de Programas PAA e PNAE, porque são boas oportunidades para dinamização dos Safs.
- ✦ Exercício do papel de orientação, informação, formação e fomento, pelos órgãos ambientais, junto às comunidades tradicionais e agricultores familiares, e não predominantemente de criminalização e punição como ocorre hoje;
- ✦ Apoio pelos órgãos públicos de ações de experimentação, acompanhamento técnico para a transição agroecológica, com base em metodologias participativas, intercâmbios de experiências, processos de formação, fortalecimento das organizações dos agricultores e agricultoras e apoio à construção social de mercados.
- ✦ Construção de instrumentos de transferências de recursos que possibilitem que as organizações da sociedade civil sejam reconhecidas como organizações públicas merecedoras de repasse de recursos federais. Ainda há uma grande incapacidade do Estado em lidar com redes e organizações da sociedade civil.

CRÍTICAS e PROPOSIÇÕES

A SOBERANIA e SEGURANÇA ALIMENTAR e A AGROECOLOGIA COMO ESTRUTURADORES de um PROJETO de desenvolvimento e mudança

ligaçãO entre campo e cidade e fortalecimento do mercado local de alimentos

Entendemos que é necessário compreender a soberania e segurança alimentar e a agroecologia como estruturadores de um projeto de desenvolvimento e mudança do país, assegurando o direito de produzir e consumir um alimento saudável. Neste sentido torna-se urgente que os formuladores de políticas reconheçam, valorizem e apoiem as iniciativas de comercialização alternativa/solidária no campo da agroecologia como mecanismos diferenciados de abastecimento e promotores de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Consideramos que as políticas e programas analisados (PAA, PNAE, PNATER, entre outros) constituem-se como estratégicos para o fortalecimento das ações em agroecologia.

Nossa proposta é que o PAA e o PNAE transformem-se em políticas públicas permanentes. Estes dois programas, se consolidados, podem representar importante mercado para produtos da agricultura familiar agroecológica, assim como uma forma de garantia de acesso a alimentos por uma parcela da população que ainda necessita de proteção governamental. Outros aspectos singulares destes programas é a possibilidade de ligação entre campo e cidade e de fortalecimento do mercado local de alimentos. Estes aspectos são fundamentais quando a estratégia visa o desenvolvimento territorial.

Nas análises desenvolvidas neste documento identifica-se que o acesso a esses programas ainda é restrito, com uma parcela pequena dos agricultores familiares acessando-os de forma sistemática.

que o PAA e o PNAE transformem-se em políticas públicas permanentes!

Um ponto recorrente na avaliação dos agricultores e técnicos é a necessidade de ajustamentos na legislação referente à produção de alimentos no país. Constatou-se uma inadequação da legislação às condições da agricultura familiar, predominando uma lógica voltada para grandes empreendimentos, além de um caráter punitivo, excludente e pouco educativo desse tipo de serviço no país.

Também constatou-se a insuficiência ou inadequação de normativas e programas públicos que assegurem a implementação das práticas dos sistemas agroflorestais, que desempenham importante papel na garantia da diversificação de alimentos de nossa rica biodiversidade e para a conservação ambiental.

Mais especificamente em relação ao PNATER, destaca-se o papel desempenhado pelas organizações não governamentais (ONGs) na forma de suportes técnicos, financeiros e até políticos aos processos de transição em agroecologia. Essas entidades, no entanto, em muitos casos, não têm sido reconhecidas como atores fundamentais. Espera-se uma relação de parceria, na qual o conhecimento acumulado seja reconhecido e valorizado. A relação atual é apenas de prestação de serviços.

No que se refere à forma e metodologia de atuação, há um consenso que, mesmo com algumas inovações, as chamadas de “agroecologia” ainda não consideram devidamente a participação dos agricultores em processos de produção de conhecimentos e inovações em agroecologia.

AJUSTAMENTOS NA LEGISLAÇÃO REFERENTE À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO PAÍS

PARCERIA E RECONHECIMENTO DO PAPEL E CONHECIMENTO ACUMULADO DAS ONGS NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO

BIBLIOGRAFIA

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sistematização de experiências no âmbito da comercialização solidária e acesso a mercados institucionais de alimentos agroecológicos no Sul e Nordeste do Brasil**. Relatório. Rio de Janeiro, dezembro de 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política **"Em defesa do Código Florestal e de Políticas Públicas de Apoio à Agroecologia"**. Rio de Janeiro, setembro de 2011.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Mapeamento de experiências agroecológicas no Território Mata Sul**. Relatório. Brasil. Recife, outubro de 2011.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Caracterização do Território Mata Sul**. Relatório. Brasil. Recife, agosto de 2010.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Sistemas Agroflorestais, Legislação e Crédito**: estratégias para o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata. Relatório Final do Projeto PDA/MMA. Brasil. Viçosa, dezembro de 2013.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES. **Sistemas Agroflorestais e Sabores da Floresta**. Relatório Final do Projeto PDA/MMA. Brasil. Passo Fundo, 2010.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Oficina Territorial Planalto Serrano de Santa Catarina: Elementos para a Caracterização do Território**. Relatório. Brasil. Lajes, novembro, 2010.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Sistematização do Território Serra Catarinense**. Relatório. Brasil. Lages, novembro de 2011.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Informe da reunião sobre políticas públicas no território da Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Brasil. Recife, 2011.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Seminário Final**. Relatório. Brasil. Rio de Janeiro, novembro de 2013.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Seminário sobre Legislação Ambiental e Sistemas Agroflorestais**. Relatório. Brasil. Rio de Janeiro, março de 2012.

LONDRES DA CUNHA, FLAVIA. **Mapa das Experiências de Produção, Comercialização e Conservação da Agrobiodiversidade Identificadas**. Relatório. Rio de Janeiro: ANA, 06 de dezembro de 2010.

LONDRES DA CUNHA, FLAVIA. **Aperfeiçoamento de ferramenta técnica (sistema de informação nacional) de mapeamento de experiências**. Relatório. Rio de Janeiro: ANA, 08 de novembro de 2010.

MAGNANTI, NATAL JOÃO. Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, março de 2010.

REDE ATER NORDESTE. Construção e disseminação de conhecimentos sobre processos de integração de políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia em territórios rurais do Bioma Mata Atlântica. **Seminário sobre ATER**. Relatório. Brasil. Olinda, FASE-ANA, dezembro de 2011.

SILVA, MARCELO KUNRATH; SCHMITT, CLAUDIA JOB. Políticas em rede uma análise das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. **Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica**. Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2011.

ROVER, OSCAR JOSÉ; LAMPA, FELIPE MARTINS. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**. v. 10 n. 2. Rio de Janeiro, junho de 2013.

SCHOTTZ, VANESSA. PAA e PNAE: fortalecimento da agricultura camponesa e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. In: **Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira**. Associação Nacional de Mulheres Camponesas. Passo Fundo, 2011.

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA MATA ATLÂNTICA. **Uso sustentável da palmeira juçara com estratégia de conservação da Mata Atlântica**. Relatório de Projeto. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/Temas/prioritarios/Biodiversidade/Leis e SAFs 2012 willian.zorzan.pdf/detail>.

Realização:



Apoio:



Ministério do
Meio Ambiente



isbn 9788586471773

Este caderno reúne experiências do processo de articulação de organizações, redes e movimentos sociais na promoção da agroecologia em territórios do Bioma Mata Atlântica. Com ele partilhamos nosso aprendizados para construção e integração de políticas públicas em busca de um desenvolvimento que tenha como base a soberania, segurança alimentar e a agroecologia.

Realização:



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

Apoio:



Ministério do
Meio Ambiente